

**NONA SESSÃO DO SUBCOMITÊ PARA PROGRAMAS,
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
DO COMITÊ EXECUTIVO**

Washington, D.C., EUA, 18 a 20 de março de 2015

SPBA9/FR
20 de março de 2015
Original: inglês

RELATÓRIO FINAL

SUMÁRIO

	<i>Página</i>
Abertura da sessão	3
Mesa Diretora	4
Adoção da agenda e programa de reuniões	4
Assuntos relativos à política dos programas	
Anteprojeto do Programa e Orçamento 2016–2017 da OPAS	4
Organizações não governamentais que mantêm relações oficiais com a OPAS	7
Nomeação de um membro do Comitê de Auditoria da OPAS	8
Atualização sobre a reforma da OMS	9
Assuntos administrativos e financeiros	
Panorama do Relatório Financeiro do Diretor correspondente a 2014	12
Proposta para o uso do saldo dos excedentes das IPSAS e do orçamento	14
Programação da receita excedente	17
Seguro médico pós-serviço	18
Atualização do Fundo Mestre de Investimentos de Capital e reavaliação dos projetos de bens imóveis incluídos no Plano Mestre de Investimentos de Capital	19
Situação dos projetos financiados com a Conta Especial da OPAS	21
Modificações do Estatuto e Regulamento do Pessoal da RSPA	22
Relatório sobre a formulação da estratégia de recursos humanos da RSPA:	
Uma estratégia para pessoas	22
Estatísticas sobre a dotação de pessoal da RSPA	26
Projeto de estratégia de tecnologia da informação da RSPA	28
Atualização da nomeação do Auditor Externo da OPAS para 2016–2017	30
Modificações do Regulamento Financeiro e das Regras Financeiras da OPAS	31
Assuntos para informação	
Anteprojeto do orçamento por programas da OMS	33
Situação da modernização do Sistema de Informação para a Gestão da RSPA	35
Agenda provisória para a 156 ^a sessão do Comitê Executivo	36
Encerramento da sessão	40
Anexos	
Anexo A: Agenda	
Anexo B: Lista de documentos	
Anexo C: Lista de participantes	

RELATÓRIO FINAL

1. A Nona Sessão do Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração do Comitê Executivo da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) foi realizada na Sede da Organização em Washington, D.C., de 18 a 20 de março de 2015. Compareceram à sessão representantes dos seguintes sete membros do Subcomitê eleitos pelo Comitê Executivo ou indicados pela Diretora: Argentina, Canadá, Cuba, Equador, Estados Unidos, Jamaica e Santa Lúcia. Representantes do Brasil, México e Paraguai compareceram na qualidade de observadores.

Abertura da sessão

2. A Dra. Carissa Etienne (Diretora, Repartição Sanitária Pan-Americana [RSPA]) abriu a sessão destacando a importante função do Subcomitê ao orientar sobre as questões cruciais para a continuidade da boa gestão da Organização. Para permitir ao Subcomitê oferecer essa orientação, a Repartição apresentaria atualizações sobre vários assuntos financeiros e administrativos importantes, inclusive uma visão geral do relatório financeiro referente a 2014; um relatório sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital e as reformas e melhorias necessárias em estabelecimentos de propriedade da OPAS; e um relatório sobre a situação dos projetos financiados por meio da Conta Especial, inclusive o projeto para a modernização do Sistema de Informação para a Gestão da RSPA. Com relação a este último, ela teve o prazer de informar que os componentes de recursos humanos e da folha de pagamento do sistema haviam sido implementados com sucesso, concluindo, assim, a fase 1, e que o trabalho na fase 2 já havia começado.

3. O Subcomitê também examinaria o anteprojeto do Programa e Orçamento da OPAS para 2016–2017, que estava sendo elaborado por meio de um processo de baixo para cima, começando com consultas no nível nacional para definir prioridades. O insumo recebido dessas consultas e do Subcomitê seria usado para finalizar o projeto de orçamento a ser apresentado ao Comitê Executivo em junho. Além disso, a Repartição apresentaria uma atualização da reforma da OMS, com uma análise da sua pertinência para a OPAS. Também seriam apresentadas orientações informais sobre o vírus Ebola e a doença por ele causada, a Semana de Vacinação nas Américas de 2015, o Dia Mundial da Saúde de 2015 e colaboração da OPAS com a Organização dos Estados Americanos para assegurar um lugar proeminente para a saúde na Sétima Cúpula das Américas, a ser realizada no Panamá em abril de 2015.

Mesa Diretora

4. Foram eleitos os seguintes Estados Membros para servir como mesa diretora do Subcomitê para a Nona Sessão:

Presidente: Canadá (Sra. Natalie St. Lawrence)

Vice-presidente: Jamaica (Dr. Kevin Harvey)

Relator: Argentina (Sra. María Emilia Cejas)

5. A Diretora serviu como Secretária *ex officio*, e a Dra. Isabella Danel (Diretora Adjunta, RSPA) serviu como Secretária Técnica.

Adoção da agenda e programa de reuniões (documentos SPB9/1, Rev. 1 e SPBA9/WP/1)

6. O Subcomitê aprovou a agenda provisória apresentada pela Diretora (documento SPBA9/1, Rev. 1) sem alterações. Aprovou também um programa de reuniões (documento SPBA9/WP/1).

Assuntos relativos à política dos programas

Anteprojeto do Programa e Orçamento 2016–2017 da OPAS (documentos SPBA9/2 e Corr.)

7. O Sr. Daniel Walter (Diretor, Departamento de Planejamento e Orçamento, RSPA) apresentou o anteprojeto do programa e orçamento para 2016–2017 e descreveu o processo participativo de baixo para cima de preparação do orçamento, que abrangeria consultas nacionais aprofundadas para identificar as prioridades e necessidades dos países. Esse enfoque asseguraria que os Estados Membros dividiriam a propriedade do orçamento e a responsabilidade pela consecução dos resultados. Observou que, embora o documento SPBA9/2 indicasse que a Repartição elaboraria três possíveis cenários de orçamento para consideração pelo Subcomitê, havia sido considerado prematuro fazê-lo até que as consultas aos países houvessem sido concluídas. O insumo dessas consultas seria analisado, consolidado e incorporado ao projeto de programa e orçamento a ser apresentado ao Comitê Executivo em junho. Com base nas necessidades previstas, era provável que a Repartição viesse a tentar um aumento do orçamento, mas ainda não era possível quantificar o montante desse aumento.

8. A elaboração do programa e orçamento seria orientada pelo Plano Estratégico 2014–2019, que estava alinhado estreitamente com o Décimo Segundo Programa Geral de Trabalho da OMS. As lições extraídas da avaliação final do Plano Estratégico 2008–2013 e da avaliação intermediária do programa e orçamento para 2014–2015

também seriam aplicadas. A política orçamentária adotada em 2012,¹ que usava uma fórmula baseada nas necessidades, seria usada para fixar as alocações dos países.

9. Pela primeira vez, um orçamento integrado seria apresentado, o que significava que as necessidades de recursos seriam apresentadas no total, sem prescrever como os recursos seriam alocados nem especificar sua fonte. Portanto, seria solicitado aos Estados Membros que aprovassem o programa e orçamento na sua totalidade, em vez de apropriar apenas a porção financiada pelas contribuições fixas, que representavam apenas metade do orçamento total. Essa mudança alinharia ainda mais a OPAS com a OMS, que já havia adotado um enfoque integrado de orçamento em 2014–2015. O enfoque integrado permitiria que o financiamento flexível fosse usado para preencher lacunas e aumentaria a confiança de que as contribuições voluntárias seriam adequadas dentro do alcance e finalidade do programa e orçamento aprovados. Contudo, tal enfoque não afetaria as práticas contábeis da RSPA. A Repartição ainda poderia informar sobre a procedência de todos os recursos e sobre como eles eram gastos.

10. O Subcomitê expressou seu apoio ao enfoque integrado proposto para o orçamento, que proporcionaria uma visão completa do trabalho pretendido para o biênio 2016–2017 e permitiria maior flexibilidade na alocação dos recursos. Os membros acolheram os esforços da Repartição para estreitar o alinhamento do enfoque do orçamento da OPAS com o da OMS. Todavia, foram levantadas várias dúvidas, sobretudo no tocante à previsibilidade e disponibilidade em tempo hábil de algumas fontes de financiamento. Assinalou-se que, caso contribuições voluntárias não fossem recebidas dentro do esperado, talvez fosse necessário usar recursos das contribuições fixas para financiar alguns projetos e programas, o que poderia comprometer a capacidade da Repartição para executar o programa regular de trabalho. Também se destacou que as contribuições voluntárias costumavam ser destinadas para finalidades específicas e, assim, não poderiam ser usadas para mitigar insuficiências de recursos em outras áreas do orçamento. Por essas razões, alguns delegados foram da opinião de que talvez fosse preferível aprovar montantes específicos a serem financiados por meio das contribuições fixas para cada categoria de trabalho, em vez de aprovar uma soma global.

11. Para ajudar os Estados Membros a compreender como o programa e orçamento seriam financiados, sugeriu-se que o projeto a ser apresentado ao Comitê Executivo incluísse informações sobre as fontes de financiamento para as atividades planejadas em cada categoria de trabalho. Destacou-se que os relatórios de execução do orçamento também deveriam indicar as fontes dos recursos com os quais as atividades haviam sido financiadas. Foram solicitadas informações sobre quando estaria disponível a avaliação intermediária do progresso rumo à consecução dos resultados imediatos e intermediários do Plano Estratégico 2014–2019.

12. O Subcomitê também expressou seu firme apoio ao enfoque de baixo para cima para a preparação do orçamento, a fim de assegurar que ele atendesse às prioridades e necessidades dos Estados Membros. Os membros identificaram várias áreas prioritárias

¹ Ver o documento CSP28/7 e a resolução CSP28.R10 (2012).

em que, na opinião deles, era necessário aumentar o apoio, como saúde mental, prevenção da violência e dos traumatismos, deficiências e reabilitação, e determinantes sociais da saúde. Foi solicitado que se esclarecessem os gastos na categoria 6 do programa e orçamento (serviços institucionais e funções facilitadoras), sobretudo com referência aos salários, viagens, publicações e comunicações. Apontou-se que algumas das atividades contempladas nessa categoria pareciam pertencer a outras categorias — por exemplo, a aceleração das ações visando à eliminação das doenças transmissíveis prioritárias.

13. Incentivou-se a Repartição a preparar um orçamento realista com base em um exercício de priorização rigoroso, bem como a buscar mais eficiências para reduzir custos. Sugeriu-se que se fizesse uma análise para identificar que programas talvez tivessem que ser deixados em suspenso ou eliminados paulatinamente. Manifestou-se apoio a um orçamento que previsse um crescimento nominal zero, sem aumento das contribuições fixas, e buscou-se a garantia de que não seria solicitado aos Estados Membros que compensassem eventuais insuficiências de recursos por meio de contribuições voluntárias. Ao mesmo tempo, reconheceu-se a necessidade de fornecer recursos suficientes para permitir à Repartição executar o programa de trabalho aprovado pelos Estados Membros. Uma delegada manifestou a opinião de que os Estados Membros deveriam reforçar os recursos por meio das contribuições fixas, mas também instou a Repartição a se esforçar para assegurar que as contribuições voluntárias fossem o mais flexíveis possível.

14. O Sr. Walter disse que o projeto de programa e orçamento a ser apresentado ao Comitê Executivo conteria mais informações sobre os possíveis riscos, bem como as vantagens, de um enfoque integrado. Embora tal enfoque desse à Repartição mais flexibilidade e discricionariedade na alocação dos recursos de diversas fontes, também exigia prudência e uma nova maneira de administrar o orçamento a fim de assegurar a disponibilidade de financiamento suficiente em todos os momentos para os programas prioritários. Assinalou, porém, que atualmente não se fazia uma distinção clara entre os programas financiados pelos Estados Membros por meio das contribuições fixas e os programas apoiados pelas contribuições voluntárias. Contudo, a Repartição efetivamente discriminava os gastos e fontes de recursos nos seus relatórios de execução do orçamento e continuaria a fazê-lo dentro de um enfoque integrado.

15. O objetivo da Repartição era assegurar que os recursos voluntários contribuíssem para a implementação do programa e orçamento de forma geral. Na área da infecção pelo HIV/AIDS, por exemplo, a Repartição estava projetando que seria necessário um total aproximado de US\$ 16 milhões em financiamento, com cerca de US\$ 10 milhões em contribuições voluntárias e US\$ 6 milhões em recursos do orçamento ordinário. O montante efetivamente recebido na forma de contribuições voluntárias, porém, talvez fosse maior ou menor. Se fosse maior, o enfoque integrado proposto permitiria à Repartição transferir alguns dos recursos do orçamento ordinário para uma área com recursos insuficientes para suprir as necessidades globais. Se fosse menor, então poderiam ser usados mais recursos do orçamento ordinário ou de outra fonte.

O Sr. Walter enfatizou que, no caso de insuficiência de recursos, nunca seria solicitado aos Estados Membros que contribuíssem mais recursos voluntários e afirmou que a resolução proposta para aprovação pelo Comitê Executivo seria redigida de maneira a refletir isso. Caso os recursos globais disponíveis se mostrassem insuficientes, a Repartição simplesmente teria que reduzir os programas.

16. A Repartição forneceria as informações solicitadas sobre os gastos na categoria 6 e levaria em conta as observações dos delegados com respeito às atividades que talvez tivessem que ser transferidas dessa categoria para outras categorias. Ele explicou, porém, que a Repartição estava preocupada principalmente com a obtenção dos resultados e não tanto com os tipos de gastos feitos para produzir esses resultados. Considerando a priorização, a menos que a estrutura para a estratificação prioritária programática aprovada em 2014² fosse modificada pelo Grupo de Trabalho de Países, continuaria a ser aplicada a alocação de recursos em 2016–2017. As observações do Subcomitê e o insumo recebido das consultas aos países com respeito às necessidades e prioridades também seriam levados em conta. No que se refere à análise intermediária do progresso do Plano Estratégico 2014–2019, um relatório seria apresentado em 2016.

17. A Diretora afirmou que as dúvidas e recomendações dos Estados Membros seriam levadas em consideração ao elaborar e refinar o projeto de programa e orçamento. A Repartição tinha a esperança de que a elevação projetada das receitas diversas seria suficiente para cobrir o aumento das necessidades de financiamento em 2016–2017. Se fosse necessário buscar um aumento das contribuições fixas, ele seria o menor possível. A Repartição apresentaria um projeto de orçamento realista, como havia feito para o biênio 2014–2015, quando tinha havido um crescimento nominal zero das contribuições fixas, o que havia resultado em uma redução de fato do orçamento disponível. Para acomodar essa diminuição, a RSPA havia sido obrigada a reduzir o pessoal. Esperava-se que a nova estratégia de recursos humanos (consulte os parágrafos de 76 a 90 abaixo) permitisse à Repartição obter mais eficiências nessa área; contudo, abaixo de um certo nível de pessoal, ela deixaria de ser eficaz para a prestação de cooperação técnica com o nível de excelência esperado pelos Estados Membros e de acordo com as prioridades estabelecidas por eles.

Organizações não governamentais que mantêm relações oficiais com a OPAS (documento SPBA9/3)

18. O Sr. Alberto Kleiman (Diretor, Departamento de Relações Externas, Captação de Recursos e Parcerias, RSPA) apresentou o documento SPBA9/3, que continha informações sobre duas organizações não governamentais (ONGs) que buscavam o estabelecimento de relações oficiais com a OPAS e duas organizações não governamentais que desejavam renovar sua condição de organizações em relações oficiais com a OPAS. O documento também continha breves relatórios de progresso sobre a colaboração da Organização com outras 22 ONGs que ora mantinham relações oficiais com a OPAS.

² Consulte o *Documento Oficial 345* e a resolução CD53.R3 (2014).

19. De acordo com o procedimento delineado nos Princípios que Regem as Relações entre a Organização Pan-Americana da Saúde e as Organizações não Governamentais (ONGs), o Subcomitê fez sua análise das diversas ONGs em uma reunião fechada, após a qual o Relator informou que o Subcomitê havia decidido recomendar que o Comitê Executivo mantivesse as relações oficiais entre a OPAS e a Fundação Interamericana do Coração (FIAC) e o Sabin Vaccine Institute por um período de quatro anos e que admitisse a Aliança da Convenção-Quadro (FCA, na sigla em inglês) em relações oficiais com a OPAS, também por um período de quatro anos. Com respeito à Sociedade Latino-Americana de Nefrologia e Hipertensão (SLANH), o Subcomitê solicitou mais informações financeiras sobre a organização e solicitou à Repartição que avaliasse se o fato de a Sociedade haver empregado um secretário cedido por uma empresa privada poderia criar um conflito de interesses. O Subcomitê também recomendou várias atividades conjuntas a serem empreendidas com as quatro organizações e solicitou às unidades técnicas envolvidas que incorporassem essas atividades aos seus respectivos planos de trabalho colaborativos quadrienais.

20. A Presidente anunciou que as recomendações do Subcomitê seriam apresentadas à 156ª sessão do Comitê Executivo na forma de um projeto de resolução.

Nomeação de um membro do Comitê de Auditoria da OPAS (documento SPBA9/4)

21. A Dra. Heidi Jiménez (Assessora Jurídica, RSPA) examinou os antecedentes do Comitê de Auditoria e destacou seus Termos de Referência, que constavam como um anexo do documento SPBA9/4. Ela observou que, segundo esses Termos de Referência, os três membros do Comitê de Auditoria eram eleitos pelo Comitê Executivo e cumpriam mandatos de até três anos cada. Os candidatos foram selecionados de uma lista compilada pela Diretora. A Dra. Jiménez também recordou que um membro do Comitê de Auditoria havia renunciado em 2014 e que o Sr. John Fox havia sido indicado em outubro de 2014³ para cumprir o último ano do mandato desse membro, mandato esse que se encerraria em junho de 2015. Portanto, seria necessário que o Comitê Executivo indicasse um novo membro durante a sua 156ª sessão. Desse modo, o Diretor havia preparado uma lista de três candidatos, entre eles o atual ocupante do cargo, para ser considerada pelo Subcomitê, ao qual foi solicitado que recomendasse um candidato ao Comitê Executivo. A documentação confidencial sobre os três candidatos havia sido distribuída ao Subcomitê.

22. O Subcomitê decidiu criar um grupo de trabalho formado pela Argentina, Estados Unidos e Santa Lúcia para examinar a lista de candidatos proposta pela Diretora. Posteriormente, o Sr. Brian Hackett (Estados Unidos da América) informou que o grupo de trabalho havia avaliado os três candidatos com base nos critérios para afiliação estabelecidos na seção 4 dos Termos de Referência e havia selecionado cinco fatores cruciais para classificar os candidatos. Cada membro do grupo havia classificado cada um dos candidatos em separado. Em seguida, as pontuações haviam sido consolidadas, e a média dos resultados havia sido calculada para cada candidato. O Sr. Fox havia sido

³ Consulte o Relatório Final da 155ª Sessão do Comitê Executivo, documento CE155/FR.

selecionado por unanimidade como o candidato a ser recomendado para indicação ao Comitê de Auditoria.

23. A Dra. Jiménez citou que o grupo de trabalho também havia observado que, a bem da uniformidade e continuidade, era vantajoso evitar uma renovação frequente da composição do Comitê de Auditoria.

24. O Subcomitê endossou a recomendação do grupo de trabalho. A Presidente agradeceu aos membros do grupo o trabalho realizado e anunciou que a recomendação do Subcomitê seria comunicada ao Comitê Executivo.

Atualização sobre a reforma da OMS (documento SPBA9/5)

25. O Sr. Daniel Walter (Diretor, Departamento de Planejamento e Orçamento, RSPA) apresentou um relatório sobre a situação da reforma da OMS e sua pertinência para a OPAS, destacando que o surto do vírus Ebola e da doença por ele causada havia exposto pontos fracos estruturais em várias áreas, como o alinhamento nos três níveis da Organização, a liderança da OMS na saúde mundial e a capacidade da Organização para mobilizar-se e responder rapidamente a emergências de saúde. A maioria das reformas lançadas em 2011 estava agora na fase de execução, mas aquelas na área de governança continuavam ficando para trás em relação às reformas nas áreas programática e de gestão. Por exemplo, um quadro para o envolvimento com os atores não estatais ainda precisava ser concluído. A Argentina lideraria uma consulta aos Estados Membros sobre esse tema no fim de março, com o objetivo de chegar a um consenso.

26. A OPAS estava estreitamente alinhada com a OMS na execução de várias reformas. O Plano Estratégico 2014–2019 da OPAS e o Décimo Segundo Programa Geral de Trabalho da OMS abrangiam o mesmo período e tinham uma estrutura programática comum e a mesma hierarquia de resultados. A apresentação de um orçamento integrado e o planejamento de baixo para cima (consulte os parágrafos 7 a 17 acima) alinhariam ainda mais a estrutura e as práticas de programa e orçamento da OPAS com as da OMS.

27. Com respeito à reforma programática no âmbito dos países, a OPAS havia participado inteiramente da formulação e implementação de uma estratégia e diretrizes mundiais centradas nos países para a formulação de Estratégias de Cooperação nos Países. Na área da reforma da governança, a Repartição conduziu sessões de orientação preventivas para ajudar os Estados Membros a se prepararem para as reuniões dos Órgãos Diretores da OMS.

28. Algumas reformas da OPAS haviam precedido as reformas ora em andamento dentro da OMS. Por exemplo, em 2003, a OPAS havia adotado uma estratégia de gestão e, em 2006, elaborado um relatório intitulado “OPAS no Século XXI: Liderança e Cooperação em Saúde Pública”. Essas iniciativas haviam dado lugar ao estabelecimento do Escritório de Ética, uma função de avaliação independente, além de novas modalidades de apoio aos países, inclusive por meio da cooperação sub-regional.

Em 2010, a OPAS havia adotado uma estrutura de gestão baseada em resultados. Em 2015, adotaria uma estratégia de recursos humanos que tinha muitos dos mesmos objetivos da reforma de recursos humanos da OMS, uma estratégia de captação de recursos embasada pelas práticas da OMS e uma estratégia de comunicação bem semelhante à estratégia da OMS. Em 2016, a Repartição lançaria um portal de desempenho e financiamento de programas semelhante ao portal do orçamento por programas da OMS, que forneceria informações em tempo real sobre a situação do financiamento e implementação dos programas. Assim, em muitos aspectos, a OPAS estava em um estágio ainda mais avançado do que a OMS no que dizia respeito à reforma, enquanto, em outros, estava estreitamente alinhada com o que a OMS estava fazendo.

29. O Subcomitê acolheu o relatório sobre a reforma da OMS e elogiou os esforços da Repartição para assegurar que as políticas e práticas da OPAS estivessem alinhadas com as da OMS. Foram sugeridas várias melhorias no relatório, no entanto. Foi assinalado, por exemplo, que ele fornecia informações apenas sobre dois aspectos da reforma da OMS: o envolvimento da OMS com os atores não estatais e a alocação dos recursos da OMS para as regiões. Solicitou-se à Repartição que elaborasse um relatório mais abrangente para consideração pelo Comitê Executivo, mostrando todas as áreas da reforma da OMS e indicando que iniciativas a OPAS estava tomando nessas áreas.

30. Também foi destacado que o relatório não fazia nenhuma referência às críticas que a OPAS havia recebido durante as discussões sobre a reforma na sessão de janeiro de 2015 do Conselho Executivo da OMS. Como essas críticas estavam relacionadas, sobretudo, com a percepção de que faltava integração e alinhamento com a OMS, sugeriu-se que a Repartição elaborasse um relatório descrevendo a integração da OPAS com a OMS em cumprimento do Artigo 54 da Constituição da OMS. Também se sugeriu que a Repartição e os Estados Membros fossem mais proativos ao destacar como o trabalho e as políticas da OPAS estavam alinhados com os da OMS. Considerou-se que a participação da Região no portal de reforma da OMS demonstraria aos Estados Membros de outras regiões que a OPAS não tinha nada a esconder e mantinha seu firme compromisso com a transparência e a prestação de contas.

31. Com respeito à reforma da governança, assinalou-se que o relatório não dava destaque suficiente à necessidade de alinhamento em todos os três níveis da Organização, em conformidade com o enfoque “Uma OMS” discutido durante a sessão de janeiro do Conselho Executivo da OMS. Além disso, a sensação era a de que teria sido benéfico para o relatório uma análise mais minuciosa das implicações da reforma da governança da OMS para a Região. Vários delegados observaram que, embora o relatório efetivamente mencionasse a estratégia de recursos humanos da OPAS, não fazia nenhuma referência a uma política de mobilidade dos funcionários da OPAS, nem oferecia informações sobre como a Repartição coordenaria com a OMS nesse sentido. Sugeriu-se que a Repartição empreendesse uma análise das políticas para determinar como ela poderia melhorar a sua participação na política de mobilidade da OMS para dar mais dinamismo a sua força de trabalho e dotá-la das qualificações necessárias.

32. Com respeito à estrutura proposta para o envolvimento da OMS com os atores não estatais, foi enfatizada a necessidade de manter a uniformidade da terminologia acordada para evitar confusão. Assinalou-se a esse respeito que o parágrafo 4 do documento SPBA9/5 usava o termo “interessados diretos externos (*external stakeholders*)” em vez de “atores não estatais (*non-State actors*)”. A referência ao setor privado nesse parágrafo foi considerada inapropriada, uma vez que o objetivo era estabelecer uma estrutura geral para a participação com diversas categorias de atores não estatais, dos quais o setor privado era apenas um. Também se destacou que era imprecisa uma afirmação no parágrafo 5 do documento que indicava que o Conselho Executivo da OMS faria uma consulta entre sessões sobre o projeto de estrutura. Na realidade, seria feita uma sessão intergovernamental aberta a todos os Estados Membros para formular propostas de emenda ao projeto de estrutura, que havia recebido um volume considerável de críticas durante a sessão do Conselho Executivo, conforme refletido na Decisão EB136(3).

33. O Subcomitê agradeceu ao México seus esforços na elaboração de uma metodologia transparente de alocação de recursos e acolheu a inclusão do Paraguai como segundo representante das Américas no Grupo de Trabalho para a Alocação Estratégica das Margens Orçamentárias. Manifestou-se firme apoio a uma metodologia equitativa que garantisse uma proporção justa dos recursos da OMS para a Região das Américas. A Delegada do México observou que a próxima sessão do Grupo de Trabalho seria realizada em abril e sugeriu que uma sessão de informação poderia ser organizada em Genebra, antes da Assembleia Mundial da Saúde de maio, para informar os Estados Membros das Américas dos avanços obtidos no tocante à metodologia.

34. O Sr. Walter disse que as diversas melhorias e correções sugeridas seriam incorporadas ao documento a ser apresentado ao Comitê Executivo. Ele concordou que era importante esclarecer a relação e coordenação da OPAS com a OMS a fim de dissipar qualquer mal entendido e evitar discussões improdutivas sobre o assunto nas futuras sessões dos Órgãos Diretores da OMS. Com respeito ao portal planejado da Repartição na Internet, observou que, tão logo o Sistema de Informação para a Gestão da RSPA estivesse em plena operação, no início de 2016, seria muito mais fácil fornecer informações correntes sobre a implementação e financiamento dos programas, que atualmente eram produzidas por uma série de sistemas diferentes.

35. A Diretora disse que a Repartição continuaria a perseguir as reformas iniciadas em princípios da década de 2000 com o objetivo de garantir ainda mais transparência, prestação de contas e eficiência. A OPAS já havia executado muitas das reformas ora em andamento na OMS, porém, era importante ter a certeza de que o pleno alinhamento com a OMS em algumas áreas efetivamente resultaria em melhorias e não faria a Região dar um passo atrás. Era verdade que grande parte do conflito que havia surgido durante a recente sessão do Conselho Executivo e em outros momentos dentro da OMS era resultado da falta de conhecimento e entendimento da OPAS e da sua relação com a OMS. Assim, era importante continuar a destacar o que a Região estava fazendo para alinhar-se com a OMS.

36. A Diretora realçou que a Repartição buscava sistematicamente trabalhar com a OMS e, ao mesmo tempo, sempre tinha em mente os parâmetros dentro dos quais a OPAS devia operar em conformidade com sua Constituição e suas regras e regulamentos. Na área da mobilidade de pessoal, por exemplo, a Repartição já estava colaborando com outros Escritórios Regionais e com a Sede da OMS. Contudo, dentro das regras de pessoal da Repartição, o seu pessoal era considerado pessoal da OPAS e não funcionários da OMS, uma realidade que limitava de alguma forma a medida em que ela poderia adotar a política de mobilidade da OMS.

Assuntos administrativos e financeiros

Panorama do Relatório Financeiro do Diretor correspondente a 2014 (documento SPBA9/6, Rev. 1)

37. O Sr. Gerald Anderson (Diretor de Administração e Diretor Interino, Departamento de Gestão de Recursos Financeiros, RSPA) apresentou a versão preliminar do relatório financeiro do Diretor correspondente a 2014, observando que o relatório ainda estava sendo finalizado e os números ainda não haviam sido auditados. Destacando as principais tendências com respeito às receitas e aos gastos, observou que as contribuições fixas da OPAS haviam permanecido inalteradas desde 2013. As contribuições fixas da OMS alocadas para a Região haviam diminuído ligeiramente porque a Diretora-Geral da OMS havia decidido reter 20% das alocações para todas as regiões. Contudo, esses 20% haviam sido desembolsados no início de 2015; assim, a expectativa era que o montante total recebido da OMS para o biênio 2014–2015 fosse o mesmo que em 2012–2013. As receitas diversas haviam aumentado consideravelmente, graças, sobretudo, a uma elevação das taxas de juros no Brasil, ao passo que as contribuições voluntárias da OPAS haviam caído significativamente. As contribuições voluntárias da OMS haviam continuado no mesmo nível que em 2013.

38. A arrecadação das contribuições fixas do ano corrente havia sido ligeiramente mais baixa em 2014 do que em 2013, porém a arrecadação de atrasados de anos anteriores havia sido substancialmente maior e, em consequência disso, a receita total das contribuições fixas havia aumentado. O nível dos atrasados acumulados havia diminuído ligeiramente de 2013 para 2014, mas continuava a ser consideravelmente maior que em 2010, 2011 ou 2012. As contribuições voluntárias da OMS haviam totalizado cerca de US\$ 22 milhões tanto para 2013 como para 2014. Por outro lado, as contribuições voluntárias da OPAS haviam diminuído de US\$ 70,3 milhões em 2013 para US\$ 44,7 milhões em 2014. As contribuições voluntárias nacionais haviam subido de forma acentuada, sobretudo em consequência das contribuições do Brasil para o programa Mais Médicos.

39. O Fundo Rotativo para Compra de Vacinas continuou a responder pela maior proporção das fontes de receita não programáticas e orçamentárias, seguido do Fundo Rotativo para Provisões Estratégicas de Saúde (comumente chamado de Fundo Estratégico), cujo uso havia quase triplicado de 2013 para 2014. Por esse motivo, a Repartição estava propondo que uma parcela da receita excedente de 2014 fosse usada

para aumentar a capitalização desse Fundo a fim de apoiar os adiantamentos aos Estados Membros para a compra das provisões estratégicas de saúde (consulte os parágrafos 56 a 60 abaixo).

40. O Subcomitê acolheu o delineamento do Relatório Financeiro e, em particular, a elevação das receitas diversas. Solicitaram-se esclarecimentos quanto às razões para o aumento das receitas consolidadas e a significativa diminuição das contribuições voluntárias da OPAS. Também foram solicitadas informações sobre se a Repartição esperava uma receita excedente significativa em 2014 e sobre a proporção da alocação da Região da OMS que havia sido recebida desde meados de março. O considerável aumento das contribuições voluntárias nacionais foi observado, e solicitou-se confirmação de que o montante que estava sendo cobrado para apoio a programas era suficiente para cobrir os custos da Organização e evitar pressões indevidas sobre seu orçamento. O plano da Repartição para implementar um portal financeiro semelhante ao portal do orçamento por programas da OMS foi louvado. Considerou-se que o portal reforçaria a transparência e facilitaria o acesso dos Estados Membros a informações sobre as finanças da OPAS.

41. O Sr. Daniel Walter (Diretor, Departamento de Programa e Orçamento, RSPA) disse que US\$ 126 milhões dos US\$ 165 milhões da alocação total da OMS para a Região haviam sido recebidos desde meados de março. As contribuições voluntárias da OMS em aberto representavam a totalidade dos US\$ 39 milhões restantes. As contribuições voluntárias da OPAS haviam caído principalmente porque alguns grandes doadores tradicionais haviam contribuído menos em 2014 do que em anos anteriores e a Repartição não havia conseguido ampliar sua base de doadores suficientemente para compensar essa redução. A expectativa era que os esforços de captação de recursos ora em andamento reverteriam a tendência de queda dentro de um ou dois anos.

42. O Sr. Anderson explicou que a elevação das receitas consolidadas era atribuída a aumentos das receitas em duas áreas que não se enquadravam no programa e orçamento: contribuições voluntárias nacionais, principalmente do Brasil e, em menor grau, os diversos fundos de compras. Como era característico no primeiro ano de um biênio, um excedente considerável, chegando a aproximadamente US\$ 23 milhões, estava previsto para 2014, mas essa quantia muito provavelmente seria gasta ao fim do biênio. Com respeito aos gastos de apoio a programas, a taxa normal cobrada era de 13%; contudo, no Brasil, por exemplo, a legislação nacional previa o apoio a programas a uma taxa de 5% para as atividades de qualquer organização internacional realizadas no país. Em tais casos, esperava-se que o país doador cobrisse todos os custos diretos.

43. A Diretora, ao observar que os países cada vez mais estavam oferecendo contribuições voluntárias nacionais que só poderiam ser usadas no país doador, disse que a mobilização de contribuições voluntárias mais flexíveis era uma prioridade para a Repartição. Assim, a RSPA estava trabalhando de maneira mais estratégica com a Fundação da OPAS e buscando ampliar sua base de doadores e explorar novas fontes de contribuições. Contudo, sua capacidade para captar mais recursos também dependia do

resultado das discussões da Assembleia Mundial da Saúde sobre o envolvimento com atores não estatais, o que influenciaria a decisão da OPAS quanto aos possíveis doadores que ela poderia abordar no setor privado. Internamente, a Repartição estava fortalecendo a liderança do departamento responsável pelo apoio e coordenação de projetos para ampliar sua capacidade para captar e gerir recursos.

Proposta para o uso do saldo dos excedentes das IPSAS e do orçamento (documento SPBA9/7, Rev. 1)

44. O Sr. Gerald Anderson (Diretor de Administração e Diretor Interino, Departamento de Gestão de Recursos Financeiros, RSPA), ao resumir os pontos principais do documento SPBA9/7, Rev. 1, recordou que um excedente de US\$ 33,9 milhões havia restado após a implementação das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS) pela OPAS em 2010. A maior parte desses recursos havia sido usada durante o período 2010–2014 para iniciativas administrativas e estratégicas de alto custo e longo prazo, deixando um saldo de US\$ 2.281.684 em 1º de janeiro de 2015. Além disso, no fim de 2014 havia um excedente do orçamento ordinário de US\$ 773.494. Em consequência, um excedente total de US\$ 3.055.178 das IPSAS e do orçamento estava disponível para programação. Também havia uma receita excedente de US\$ 5.090.037, que era tratada em outro tema da agenda (consulte os parágrafos 56 a 60 abaixo).

45. A Repartição propôs usar esses excedentes para iniciativas de investimento de longo prazo, as quais foram resumidas no quadro do anexo A do documento SPBA9/7, Rev. 1, e descritas de forma mais detalhada nos temas da agenda relacionados com o Fundo Mestre de Investimentos de Capital (consulte os parágrafos 66 a 71 abaixo), a Estratégia de Recursos Humanos da RSPA (consulte os parágrafos 76 a 90 abaixo) e a Estratégia de Tecnologia da Informação da RSPA (consulte os parágrafos 106 a 114 abaixo). Um projeto de resolução que aprovava a alocação proposta do saldo dos excedentes das IPSAS e do orçamento constava do anexo B do documento SPBA9/7, Rev. 1.

46. Os Membros do Subcomitê expressaram seu apoio às propostas de uso dos excedentes, observando que se tratavam de iniciativas de longo prazo e de custo relativamente alto que seriam difíceis de financiar com orçamentos bienais. Os membros também reconheceram a importância de investir em tecnologia e em recursos humanos a fim de aumentar a capacidade de resposta da Organização e a sua eficiência e produtividade. Todavia, o Subcomitê era da opinião de que eram necessárias mais informações detalhadas sobre as propostas de uso, inclusive uma explicação dos critérios aplicados para selecionar e priorizar as diversas propostas e projetos e uma discriminação de como os recursos seriam alocados dentro das quatro áreas de investimento propostas. Também foram solicitadas informações sobre como a avaliação de riscos havia influenciado a seleção dessas áreas e se havia a possibilidade de serem necessários mais investimentos além dos montantes dos excedentes.

47. Solicitou-se à Repartição que fornecesse mais informações detalhadas sobre o uso dos recursos no documento a ser preparado para consideração pelo Comitê Executivo em junho. Sugeriu-se que a Repartição também apresentasse uma explicação mais extensa da origem do excedente das IPSAS e das próprias IPSAS.

48. O Sr. Anderson explicou que se havia determinado que os temas enumerados no anexo A do documento eram os de maior prioridade com base em uma análise de risco, a qual havia sido embasada pelas estratégias de tecnologia da informação e de recursos humanos, bem como pelo Plano Mestre de Investimentos de Capital; pelas recomendações de um grupo de trabalho criado pela Diretora para estudar as operações do Fundo Rotativo para Compra de Vacinas e do Fundo Rotativo para Provisões Estratégicas de Saúde (comumente chamado de Fundo Estratégico) e pela experiência adquirida com a resposta da OPAS ao surto da doença causada pelo vírus Ebola. Os investimentos propostos não mitigariam plenamente os riscos identificados, mas serviriam para fazer face aos mais urgentes.

49. Em seguida, apresentou mais informações sobre os projetos que a Repartição havia se proposto a realizar com os recursos dos diversos excedentes, observando que seriam incluídas informações no documento a ser preparado para o Comitê Executivo e que mais detalhes também seriam fornecidos sobre a Estratégia de Tecnologia da Informação, a Estratégia de Recursos Humanos e o Fundo Mestre de Investimentos de Capital dentro dos respectivos temas da agenda. Na área de tecnologia da informação, as prioridades mais elevadas eram ampliar e otimizar as operações de tecnologia da informação em resposta à evolução dos requisitos e adotar inovações que melhorassem a maneira como a Repartição oferecia cooperação técnica e conduzia as operações (as categorias “Crescer” e “Transformar” da proposta de estratégia de tecnologia da informação; consulte os parágrafos 106 a 114 abaixo).

50. Nesse sentido, um projeto, avaliado em US\$ 900.000, implementaria provedores de serviço de Internet redundantes para todas as representações nos países a fim de assegurar conectividade ininterrupta e permitir às repartições manter uma conexão constante com o Sistema de Informação para a Gestão da RSPA. Outro projeto, avaliado em US\$ 550.500, instalaria serviços administrados de firewall e de equilíbrio da carga da Internet para proteger contra ataques cibernéticos e garantir a disponibilidade de largura de banda para atividades oficiais. Um terceiro projeto, também avaliado em cerca de US\$ 550.000 implementaria a gestão terceirizada de correio eletrônico baseada em nuvem, o que liberaria recursos internos de pessoal para outras finalidades.

51. Na área de recursos humanos, três projetos foram contemplados: a implementação do componente de recrutamento do Sistema de Informação para a Gestão da RSPA, o lançamento do software de capacitação e desenvolvimento para oferecer uma plataforma que permitisse aos funcionários da OPAS tirar partido de cursos desenvolvidos pela Secretaria da OMS e pela Repartição para melhorar as habilidades e a capacidade de liderança do pessoal e o desenvolvimento de material didático para os cursos de liderança. O custo exato desses projetos ainda seria determinado, mas a

Repartição estava certa de que o financiamento proposto de US\$ 1.055.178 seria suficiente para permitir a ela executar os três durante o biênio atual.

52. Com respeito ao Fundo Mestre de Investimentos de Capital, a proposta de alocação de US\$ 2 milhões para o Subfundo de Manutenção e Melhoria de Bens Imóveis elevaria o saldo total desse fundo para US\$ 3,8 milhões. Três projetos urgentes foram propostos: um conjunto de investimentos para aumentar a segurança nas representações nos países alugados pela OPAS ou fornecidos pelos Estados Membros para uso pela OPAS, cujo custo foi calculado em US\$ 260.000; reparos urgentes e medidas de segurança nas representações de propriedade da OPAS nos países, perfazendo cerca de US\$ 2 milhões, e reparos urgentes no telhado, fachada externa e portas externas do edifício-sede da OPAS, a um custo estimado em US\$ 250.000. O saldo restante do fundo seria usado nos biênios futuros em outros projetos descritos no plano de bens imóveis (consulte o documento SPBA9/10).

53. Com relação ao Subfundo de Substituição de Veículos, a proposta de alocação de US\$ 1 milhão foi baseada em uma análise da frota de veículos da OPAS, que havia revelado que 63 dos 116 veículos oficiais da Organização precisariam ser substituídos até 2016. Esse montante não cobriria totalmente o custo da substituição desses veículos, mas forneceria o capital necessário para substituir uma grande parte deles. O produto da venda dos veículos antigos reperia o fundo para que a substituição pudesse se tornar um processo autossustentável e os veículos pudessem ser substituídos periodicamente, maximizando o valor de revenda e minimizando os custos de manutenção e conserto.

54. A Diretora recordou que, em 2014, o Comitê Executivo havia solicitado à Repartição que fornecesse um quadro resumindo todas as áreas em que havia déficits de financiamento e as propostas de fontes de financiamento. O anexo A do documento SPBA9/7, Rev. 1, havia sido elaborado em resposta a essa solicitação. As estratégias de tecnologia da informação e recursos humanos também respondiam a solicitações de Estados Membros. Havia sido significativo o subinvestimento nas áreas enumeradas no Anexo A, áreas essenciais para a capacidade de funcionamento da Organização. As necessidades nas áreas de tecnologia da informação e manutenção de bens imóveis e melhoria eram sumamente cruciais. Também era vital contar com uma estratégia para dotar a Repartição dos recursos humanos necessários para implementar o Plano Estratégico 2014–2019 e responder às necessidades dos Estados Membros com o nível de excelência técnica necessário.

55. O Subcomitê agradeceu à Repartição as informações adicionais fornecidas e manifestou seu apoio geral às propostas de uso dos excedentes; contudo, os Membros foram da opinião de que não estavam em condições para fazer uma recomendação ao Comitê Executivo sem uma análise e discussão mais profunda. Desse modo, o Subcomitê solicitou à Repartição que elaborasse mais um documento detalhado para discussão pelo Comitê Executivo e incluísse nesse documento informações sobre todos os projetos e iniciativas que ela se propunha a executar com os recursos excedentes, além de uma discriminação dos montantes a serem usados em cada um. Também se solicitou à Repartição que prestasse informações sobre como pretendia garantir a sustentabilidade

dos diversos projetos e iniciativas após os recursos excedentes terem sido totalmente gastos.

Programação da receita excedente (documento SPBA9/8)

56. O Sr. Gerald Anderson (Diretor de Administração e Diretor Interino, Departamento de Gestão de Recursos Financeiros, RSPA) explicou que, em 2014, a Diretora havia autorizado o reembolso de um empréstimo de US\$ 10 milhões feito ao Fundo Rotativo para Compra de Vacinas. Dessa soma, foram usados US\$ 4.136.469 para repor o Fundo de Capital de Giro, deixando um excedente orçamentário de US\$ 773.494 (consulte o parágrafo 44 acima) e uma receita excedente (definida como os montantes recebidos pela OPAS que não foram orçados e usados) de US\$ 5.090.037. As propostas de uso desses recursos foram as mesmas que no caso dos excedentes das IPSAS e do orçamento (consulte os parágrafos 44 a 55 acima); a receita excedente foi tratada em outro tema da agenda porque, embora fosse necessária uma resolução para autorizar a proposta de alocação dos excedentes das IPSAS e do orçamento, o uso da receita excedente exigia apenas a concordância do Subcomitê.

57. Mais uma vez, os membros do Subcomitê destacaram a necessidade de mais informações detalhadas sobre as propostas de uso dos recursos e a justificativa para a sua seleção. Em especial, solicitaram-se esclarecimentos sobre por que era necessário um aumento da capitalização do Fundo Rotativo para Provisões Estratégicas de Saúde e até que ponto as taxas de apoio aos programas cobriam o custo de operação do Fundo. Recordou-se que um aumento da taxa cobrada nas atividades de compra da OPAS havia sido aprovado em 2013, sob o entendimento de que essa taxa seria revista periodicamente para assegurar que o montante fosse suficiente para cobrir os custos diretos e indiretos dos diversos fundos rotativos; solicitou-se à Repartição que apresentasse mais informações sobre os gastos de apoio a programas em uma futura sessão dos Órgãos Diretores.

58. O Sr. Anderson explicou que o uso do Fundo Estratégico pelos Estados Membros havia mais do que dobrado entre 2012 e 2014, com o valor das compras feito por meio do Fundo subindo de US\$ 27 milhões para US\$ 60 milhões. Além disso, cada vez mais o Fundo estava sendo usado para compras de medicamentos e provisões para tratar o câncer e outras doenças não transmissíveis, o que poderia ter um custo muito alto. O nível de capitalização atual do Fundo, US\$ 7,6 milhões, era insuficiente para fazer face ao aumento da demanda dos Estados Membros e, assim, a Repartição propôs alocar US\$ 1 milhão da receita excedente para esse Fundo.

59. A Repartição também propôs alocar US\$ 1 milhão do excedente para o Fundo de Emergência para Epidemias. Essa proposta estava sendo feita à luz da resposta da Região à emergência da doença causada pelo vírus Ebola em 2014, na qual a OPAS havia investido cerca de US\$ 800.000. Esse montante correspondia a sua contribuição para a resposta mundial da OMS e a adiantamentos em espécie para Estados Membros para a aquisição das provisões necessárias para responder a um possível surto de Ebola.

A proposta de alocação de US\$ 1 milhão foi considerada suficiente para permitir à Organização responder a uma crise de magnitude semelhante.

60. Assim como no caso da proposta de uso dos excedentes das IPSAS e do orçamento (consulte os parágrafos 44 a 55 acima), o Subcomitê considerou que não estava preparado para respaldar as propostas de uso da receita excedente sem uma análise e discussão mais aprofundada. Desse modo, o Subcomitê solicitou à Repartição que elaborasse mais um documento detalhado para discussão pelo Comitê Executivo e que incluísse nesse documento informações sobre todos os projetos e iniciativas que se propusesse a executar com os recursos excedentes e uma discriminação dos montantes a serem usados em cada um. Também foi solicitado à Repartição que fizesse uma análise da recuperação de custos dos diversos fundos de compras com vistas a determinar se eles eram autossustentáveis e que prestasse informações sobre como pretendia garantir a sustentabilidade dos diversos projetos e iniciativas propostos após os recursos excedentes terem sido totalmente gastos.

Seguro médico pós-serviço (documento SPBA9/9)

61. O Sr. Gerald Anderson (Diretor de Administração e Diretor Interino, Departamento de Gestão de Recursos Financeiros, RSPA) apresentou uma atualização das medidas que estão sendo tomadas para cumprir a obrigação do benefício do seguro médico pós-serviço. Destacou que um dos requisitos das IPSAS era que a estimativa atuarial do montante dos recursos necessários para fazer face a essas obrigações fosse atualizada regularmente e informou que havia sido verificado que havia um déficit entre a estimativa de US\$ 275 milhões e o montante que a Organização tinha à disposição realisticamente. Também esclareceu que a estimativa atuarial cobria o montante previsto a ser pago a cada aposentado até o fim da sua vida; em consequência, o montante total não era necessário de uma vez.

62. A Repartição havia trabalhado com o atuário para calcular que volume de contribuições adicionais para o Fundo de Reserva do seguro médico pós-serviço seria necessário para fazer face ao total da obrigação na forma de benefícios definidos em um prazo de cerca de 25 anos. Havia sido determinado que, no âmbito das atuais diretrizes de investimento da OPAS, seria muito difícil alcançar esse objetivo. Também havia sido determinado que a taxa de rendimento dos investimentos da OMS era superior à da OPAS e, portanto, parecia vantajoso combinar os dois fundos. O atuário da OPAS havia concluído que, se os ativos das duas organizações fossem combinados já e se a RSPA também contribuísse a porcentagem de 4% dos salários do pessoal que ela atualmente cobrava para o Fundo de Reserva, essa meta poderia ser atingida no prazo de 5 a 10 anos da meta da OMS de 2037 (que talvez precisasse ser ajustada conforme as condições de mercado). A OMS forneceria informações financeiras separadas sobre a proporção da OPAS no Fundo combinado do seguro médico pós-serviço, permitindo à OPAS acompanhar seu progresso rumo ao cumprimento da sua obrigação decorrente desse benefício. A análise atuarial também havia revelado que, a longo prazo, a diferença atual entre as Américas e o resto do mundo no custo dos benefícios de saúde diminuiria com o

passar do tempo porque as taxas de crescimento econômico, segundo as projeções, seriam mais altas no resto do mundo do que nos Estados Unidos e Canadá.

63. Os Membros do Subcomitê manifestaram sua satisfação com os esforços da Repartição para assegurar financiamento suficiente para cumprir a obrigação decorrente do seguro médico pós-serviço e acolheram a combinação dos fundos da OMS e da OPAS, considerando que isso resultaria em economicidade, levando a uma elevação do rendimento dos investimentos. Assinalou-se que o passivo não financiado relacionado ao benefício futuro era uma preocupação para todo o sistema das Nações Unidas e que o passivo não financiado da OPAS era bem inferior ao de outras organizações. Um delegado indagou se a OPAS ou a OMS era membro do grupo de trabalho das Nações Unidas sobre o seguro médico pós-serviço e perguntou como a estratégia da OPAS para cumprir essa obrigação poderia sofrer as repercussões da eventual adoção de um enfoque que abrangesse todo o sistema para a administração e financiamento desse seguro médico.

64. O Sr. Anderson explicou que a Repartição havia explorado soluções com base na combinação dos ativos com o sistema mais amplo das Nações Unidas. Contudo, por motivos jurídicos, essa combinação primeiro teria de ser feita com a OMS, após o que talvez fosse possível participar conjuntamente em uma abordagem mais ampla do sistema das Nações Unidas, embora alguns obstáculos processuais tivessem que ser superados. O processo para combinação dos ativos e dos estudos atuariais estaria concluído no decorrer de 2015, e soluções mais amplas talvez pudessem ser consideradas a partir de 2016.

65. A Diretora disse que a concessão do seguro médico pós-serviço era um importante compromisso com o pessoal passado e atual. Recordou que, em 2014, tanto o Subcomitê como o Comitê Executivo haviam ressaltado a necessidade de começar a buscar soluções de longo prazo. Assim, era um prazer para a Repartição poder apresentar uma proposta que demonstrava para os Órgãos Diretores o compromisso da OPAS para resolver a questão do seguro médico pós-serviço.

Atualização do Fundo Mestre de Investimentos de Capital e reavaliação dos projetos de bens imóveis incluídos no Plano Mestre de Investimentos de Capital (documento SPBA9/10)

66. O Sr. Bruce Leech (Diretor, Departamento de Operações de Serviços Gerais, RSPA), ao apresentar o tema, disse que a Repartição reconhecia a importância de contar com prédios seguros e modernos, sobretudo porque a propriedade de prédios antiquados estava associada ao aumento das obrigações, pois esses prédios se deterioravam com o passar do tempo. Contudo, afirmou que os recursos disponíveis para reformar e melhorar os bens imóveis da Organização eram limitados. Para assegurar que os escassos recursos disponíveis fossem empregados da forma mais eficaz possível, avaliadores profissionais independentes levaram a cabo, em 2014, um levantamento regional para avaliar as condições dos bens imóveis de propriedade da OPAS. O levantamento havia resultado em uma estimativa de custo dos reparos dos prédios de propriedade da OPAS de

US\$ 66,9 milhões, dos quais US\$ 55 milhões estavam relacionados ao edifício-sede. Haveria uma nova análise desses resultados, e um relatório de acompanhamento seria elaborado, examinando a viabilidade e priorização das diversas opções de reforma. A Repartição esperava que o relatório estivesse pronto até a sessão de junho do Comitê Executivo.

67. Em resposta a uma pergunta, acrescentou que o levantamento e a análise posterior exigiam diferentes conjuntos de qualificações, motivo pelo qual esta última era necessária. Em resposta a outra pergunta, informou que a OMS havia contribuído com aproximadamente US\$ 300.000 no corrente ano para a OPAS, para gastos relacionados a questões da segurança nas representações no Brasil e na Guiana.

68. Várias outras questões e dúvidas foram levantadas na discussão desse tema pelo Subcomitê. Foram solicitadas mais explicações sobre as reformas específicas necessárias na Sede e sobre a considerável diferença entre os gastos previstos para a Sede e as representações nos países. A Repartição foi instada a investigar a possibilidade de mudar-se para instalações alugadas em vez de pagar pela reforma dos prédios antigos de propriedade da Organização. Foram solicitados esclarecimentos sobre como a Repartição havia chegado aos números constantes do Anexo A do documento SPBA9/10 uma vez que, conforme o documento, mais estudos eram necessários. Com respeito aos projetos concluídos em 2014, demonstrou-se preocupação com a diferença nos níveis de execução na Sede (próximo a 100% no geral) e nas representações nos países (em torno de 58% no geral).

69. O Sr. Leech recordou que a Repartição havia contratado equipes de avaliadores profissionais e independentes para examinar cada um dos escritórios de propriedade da Organização e havia solicitado que apresentassem uma avaliação das obras que precisariam ser feitas atualmente ou que teriam que ser feitas ao longo dos 10 anos seguintes. Esse levantamento constituía a base dos números apresentados. As várias reformas necessárias receberam pontuações de acordo com critérios como segurança, saúde e segurança (as grandes prioridades), obsolescência tecnológica, questões ambientais e outros fatores. Essas pontuações haviam sido usadas para definir a priorização das reformas. A Sede representava uma proporção substancialmente maior do custo total porque, por um lado, era um prédio relativamente grande e porque, por outro, estava se aproximando do final da vida do seu projeto, com consequentes falhas em diversos elementos. Havia um número considerável de obras a serem feitas na Sede nos dois próximos biênios. As listas de prioridades agora estavam sendo estudadas para determinar o sequenciamento mais lógico para essas obras.

70. A possibilidade de mudar-se para instalações alugadas em vez de reformar os prédios próprios também estava sendo estudada. A Repartição havia encarregado consultores de imóveis profissionais de avaliar os custos e aconselhar quanto às opções disponíveis. No caso das representações nos países, a proposta de gasto de cerca de US\$ 10 milhões ao longo de dez anos não era estranha nem extravagante e, assim, na maioria dos casos, provavelmente faria mais sentido manter e reformar os imóveis próprios. No caso do edifício-sede, em vista do tamanho dos custos da reforma e das

complicações envolvidas, inclusive em termos de logística e sequenciamento, a solução era menos óbvia. Mais uma vez, a Repartição estava estudando todas as opções.

71. A Diretora disse que parecia claro que os Estados Membros necessitavam de mais informações para compreender o contexto dos diversos projetos propostos. Assim, a Repartição elaboraria um documento que oferecesse mais detalhes sobre as reformas previstas.

Situação dos projetos financiados com a Conta Especial da OPAS (documento SPBA9/11)

72. O Sr. Daniel Walter (Diretor, Departamento de Planejamento e Orçamento, RSPA) passou em revista o histórico da Conta Especial, recordando que ela havia sido criada em 2008 em um nível de US\$ 25,29 milhões, resultado de uma receita excedente extraordinária. Desse montante, até agora 87% haviam sido desembolsados. Dez dos 14 projetos aprovados originalmente haviam sido concluídos antes ou durante 2014, o projeto para a execução do Sistema de Informação para a Gestão da RSPA estava em andamento, e três projetos relacionados a melhorias nas instalações haviam sido deixados em suspenso e aguardavam o resultado da avaliação regional das condições dos prédios de propriedade da Organização (consulte os parágrafos 66 a 71 acima). A previsão era que a Conta Especial provavelmente seria encerrada no fim de 2015, tão logo a totalidade dos US\$ 3,35 milhões restantes houvesse sido desembolsada.

73. Na discussão que se seguiu, assinalou-se que, segundo os números apresentados na Tabela 1 do documento SPBA9/11, o saldo restante na Conta Especial era US\$ 3,3 milhões e não US\$ 3,5 milhões. A decisão de pôr em suspenso os três projetos de melhoria das instalações foi considerada prudente, e a Repartição foi incentivada a modificar esses projetos e redirecionar os respectivos recursos de acordo com as necessidades à luz dos resultados do levantamento. Foram solicitadas mais informações sobre o projeto 2.A da Tabela 1, relacionado com o fortalecimento de sistemas de informação de saúde pública, que era visto como vital para o atual Plano Estratégico da OPAS, e pediram-se esclarecimentos quanto às razões para o baixo nível de execução (3%) do projeto 4.B, que tratava de medidas para a economia de energia.

74. O Sr. Walter disse que o documento seria examinado e que eventuais erros nos números seriam corrigidos antes da sua apresentação ao Comitê Executivo. Explicou que se fosse decidido não levar adiante os três projetos atualmente deixados em suspenso, a prática usual seria buscar a aprovação dos Órgãos Diretores para a realocação dos recursos, por exemplo, para o Fundo Mestre de Investimentos de Capital para ajudar a fazer face aos custos das reformas contempladas. O saldo do projeto 4.B provavelmente seria consolidado com os demais saldos para ajudar a custear as necessidades gerais relacionadas às melhorias das instalações. Quanto ao projeto 2.A, que tinha como objetivo criar uma única plataforma para as informações de saúde na Região, os recursos da Conta Especial para esse projeto haviam sido comprometidos inteiramente, mas o trabalho ainda estava em andamento. A respectiva unidade estava estudando as diversas bases de dados da Organização e buscando maneiras de racionalizá-las e consolidá-las.

Uma avaliação da infraestrutura técnica também estava sendo feita com o objetivo de garantir que o sistema fosse sustentável a longo prazo.

75. A Diretora assinalou que a situação atual era muito diferente daquela em 2008, quando a Conta Especial havia sido criada, e que as opiniões sobre o que deveria ser feito com os saldos restantes provavelmente também eram muito diferentes. Sugeriu que parte dos recursos restantes da Conta Especial poderiam ser combinados em algum outro fundo que seria usado para fazer face às reformas necessárias dos bens imóveis. A Repartição então poderia informar aos Estados Membros, na forma de um relatório consolidado, em vez de elaborar outro relatório sobre os resíduos da Conta Especial.

Modificações do Estatuto e Regulamento do Pessoal da RSPA (documento SPBA9/12)

76. A Sra. Kate Rojkov (Diretora, Departamento de Gestão de Recursos Humanos, RSPA) resumiu as modificações propostas do Estatuto do Pessoal formuladas no anexo do documento SPBA9/12, que se enquadravam em três categorias: as feitas em conformidade com as decisões tomadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas em sua sexagésima nona sessão, as feitas para chegar à uniformidade com o Regulamento do Pessoal da OMS e as feitas à luz da experiência e no interesse da boa gestão de recursos humanos. A primeira categoria abrangia os reajustes da remuneração do pessoal nas categorias profissionais e superiores, em decorrência dos quais os salários do pessoal nos postos sem classificação e do Diretor também precisariam ser reajustados. Mais informações e documentos sobre essa questão seriam fornecidas ao Comitê Executivo.

77. Entre as emendas propostas visando à uniformidade com o Regulamento do Pessoal da OMS estavam as que envolviam a certificação e inoculação médica, a obrigação dos funcionários de fornecer informações precisas e completas sobre si mesmos, pensões, seguro, licença médica e aposentadoria. Esta última permitiria à Diretora estender o emprego dos funcionários, em caráter excepcional, de acordo com as necessidades da Organização, até os 68 anos.

78. Também havia três emendas propostas à luz da experiência e no interesse da boa gestão de recursos humanos, que tratavam da abolição de postos, da licença administrativa e da modificação das disposições sobre o subsídio para educação no intuito de esclarecer o conceito de “gastos admissíveis efetivamente realizados”.

79. O Subcomitê respaldou as emendas propostas.

Relatório sobre a formulação da estratégia de recursos humanos da RSPA: Uma estratégia para pessoas (documento SPBA9/13)

80. A Sra. Kate Rojkov (Diretora, Departamento de Gestão de Recursos Humanos, RSPA) apresentou um resumo do desenvolvimento da estratégia de recursos humanos da RSPA, explicando que ela estava alinhada com a estratégia de recursos humanos lançada na OMS em 2014, que buscava os mesmos objetivos: ambas as organizações queriam atrair as pessoas talentosas certas, permitir que essas pessoas desempenhassem seu

trabalho em ótimas condições e reter esse talento oferecendo as oportunidades e motivação devidas. Contudo, a estratégia da RSPA se baseava em uma análise mais profunda da atual situação do pessoal, conforme refletido nas estatísticas sobre o pessoal (consulte os parágrafos 95 a 105 abaixo).

81. Ao longo da década passada, a RSPA vinha sistematicamente reduzindo o número de postos com contrato por prazo determinado e aumentando o número de pessoas que trabalhavam no âmbito de mecanismos contratuais fora do quadro de pessoal. Essa abordagem tinha como objetivo minimizar os riscos empresariais e proteger os orçamentos operacionais em um ambiente fiscal incerto. Embora houvesse ajudado a conter custos, também havia impedido a Organização de atrair e reter os mais talentosos à disposição e de assegurar a continuidade das atividades, a gestão do conhecimento e a memória institucional. Para alcançar o objetivo almejado de ser o melhor empregador e atrair os mais talentosos, a RSPA havia identificado nove linhas de ação estratégicas, as quais foram discutidas em detalhe no documento SPBA9/13. A Sra. Rojkov passou em revista as nove linhas estratégicas, observando que elas representavam metas ambiciosas que exigiam um considerável grau de compromisso e esforço.

82. A linha de ação estratégica 6, que previa uma elevação do investimento sustentado em aprendizagem e desenvolvimento, era de especial importância para o objetivo geral da excelência técnica. Os funcionários precisavam receber a oportunidade para desenvolver as habilidades necessárias, em parte mediante o rodízio entre a sede da OPAS e as representações nos países, entre as representações nos países ou entre a RSPA e a Secretaria da OMS. A linha de ação estratégica 8, que previa a criação de um ambiente de trabalho de nível internacional na OPAS, também era crucial para atrair e reter os mais talentosos à disposição. O lançamento do Sistema de Informação para a Gestão da RSPA (consulte os parágrafos 135 a 139 abaixo) seria fundamental para simplificar e reduzir as tarefas administrativas, permitindo uma maior ênfase na excelência técnica em saúde pública.

83. Como próxima etapa, seriam criados grupos de trabalho e grupos de discussão para tratar de temas particulares da estratégia. Com respeito ao financiamento para a estratégia, propôs-se que uma parcela dos excedentes das IPSAS e do orçamento (consulte os parágrafos 44 a 55 acima) fosse alocada para um novo fundo para apoiar a implementação da estratégia.

84. O Subcomitê acolheu a descrição da estratégia e a filosofia por trás dela. Todos os que se manifestaram reconheceram a necessidade de a RSPA contar com pessoal do mais alto nível para cumprir sua missão, em especial com respeito à implementação do Plano Estratégico, e, em consequência, expressaram seu apoio aos esforços da Repartição para melhorar as habilidades e o ambiente de trabalho do pessoal. A necessidade de educação e capacitação contínuas foi destacada, assim como a necessidade de promover novos modelos de desenvolvimento profissional e de gestão. Os delegados apreciaram a oportunidade que a estratégia proporcionaria de estabelecer uma razão correta entre o pessoal profissional e de serviços gerais, sobretudo nas representações nos países. Foram feitas perguntas sobre como a OPAS planejava adotar uma cultura de autoajuda e se essa

mudança organizacional teria reflexo nas mudanças na distribuição de categorias de pessoal.

85. Alguns delegados questionaram se certas linhas de ação estratégicas eram distintas o suficiente e sugeriram que algumas poderiam ser combinadas; a linha estratégica 3, por exemplo, parecia se sobrepor às linhas estratégicas 6, 7 e 8, enquanto a linha estratégica 9 duplicava algumas das etapas que estavam sendo lançadas com a modernização do Sistema de Informação para a Gestão da RSPA. Manifestou-se a preocupação de que o aumento da capacidade técnica da Repartição decorrente do lançamento do novo Sistema de Informação poderia ser obtido com a substituição de parte do pessoal administrativo por pessoal técnico. Uma delegada questionou se a OPAS tinha uma política para portadores de deficiência.

86. Foram solicitadas informações sobre como a estratégia estava alinhada com a situação do pessoal na OMS e sobre como as lições extraídas em uma organização estavam sendo transferidas para outra. Foram aplaudidos os esforços da Repartição para implementar uma política clara de mobilidade, mas foram solicitados esclarecimentos sobre como a mobilidade de pessoal entre a OPAS e a OMS seria administrada. A Repartição foi incentivada a formular um plano de mobilidade que facilitasse o desenvolvimento de pessoal e o intercâmbio de experiências e lições extraídas e que atendesse às necessidades nos diversos postos de serviço, inclusive as necessidades identificadas no âmbito das estratégias de cooperação nos países.

87. Solicitaram-se informações sobre o impacto financeiro da estratégia e sobre os riscos associados à sua não implementação. Embora alguns delegados apoiassem a proposta do financiamento da estratégia de recursos humanos, outros eram da opinião de que o documento não continha informações suficientes para justificar a proposta do uso dos excedentes. Solicitou-se à Repartição que apresentasse mais detalhes sobre os projetos específicos a serem executados e sobre os resultados a serem alcançados com esses recursos. Também foi pedido que indicasse se a adoção da estratégia teria um impacto sobre o nível da alocação de recursos para o pessoal no orçamento geral da OPAS. Ademais, solicitaram-se mais informações sobre a composição do Grupo de Trabalho Estratégico sobre Pessoal e Arquitetura da Força de Trabalho mencionado na linha estratégica 1.

88. A Sra. Rojkov disse que a composição dos diversos grupos de trabalho propostos no âmbito da estratégia deveria ser diversificada e incluir pessoal técnico e administrativo, além de uma mistura de pessoal profissional e de serviços gerais, de uma variedade de postos de serviço. Afirmou a importância de estruturar a arquitetura da força de trabalho de maneira apropriada, sobretudo nas representações nos países, onde a estrutura deveria apoiar a Estratégia de Cooperação nos Países. O propósito principal da estratégia era assegurar que a Repartição tivesse uma força de trabalho que lhe permitisse ter êxito na área técnica, na qual esforços tendentes à execução da Estratégia de Cooperação nos Países era um princípio fundamental que a norteava. A Sra. Rojkov também endossou as observações feitas sobre a mobilidade e o rodízio, bem como sobre a necessidade de adaptar as movimentações de pessoal de acordo com as necessidades no

âmbito nacional. Com respeito à movimentação de pessoal e ao compartilhamento de experiências entre a OPAS e OMS, havia intercâmbios em andamento entre as duas organizações, assim como conselhos de aprendizagem e fóruns de discussão sobre questões de recursos humanos. Também era rotina compartilhar os resultados dos estudos e análises sobre recursos humanos.

89. A Sra. Rojkov esclareceu que, embora a estratégia de fato pudesse alterar a razão entre o pessoal de nível profissional e o pessoal de serviços gerais, uma consideração mais importante talvez fosse a razão entre funções administrativas e técnicas, uma vez que alguns postos de serviços gerais eram técnicos por natureza. A esse respeito, observou que, embora fosse muito cedo para ter certeza sobre o impacto do Sistema de Informação para a Gestão da RSPA na alocação de recursos, após dois meses de experiência, parecia certo que o Sistema levaria a uma realocação de recursos entre as funções administrativas e técnicas.

90. Em resposta às observações sobre as linhas de ação estratégicas, ela se comprometeu a revisar o documento para elucidar as diferenças entre elas. Com respeito à ideia de promover uma cultura de autoajuda, tratada no âmbito da linha estratégica 1, explicou que, em algumas representações nos países, certos processos operacionais atualmente dependiam em grande medida do pessoal de apoio. Contudo, no ambiente atual de maior assistência tecnológica, muitas funções poderiam ser desempenhadas por pessoal de nível profissional sem a necessidade da assistência do pessoal de apoio.

91. O tratamento destinado pela Repartição aos portadores de deficiência estava incorporado em muitas áreas diferentes do Estatuto e Regulamento do Pessoal. Não era uma política independente, mas estava inserido em uma série de políticas que regiam as operações da RSPA.

92. Quanto aos riscos de não implementar a estratégia, ela era da opinião de que a reputação, o conhecimento técnico, os êxitos e toda a missão da Organização seriam ameaçados.

93. A Diretora concordou que deixar de desenvolver uma estratégia de recursos humanos não era uma opção para a liderança e a gestão da Repartição. A estratégia seria uma ferramenta essencial de gestão do pessoal, e a Repartição estava empenhada em assegurar seu sucesso. Ela teria que responder ao ambiente em transição e à evolução das necessidades dos Estados Membros e, sobretudo, deveria posicionar a OPAS como uma organização de excelência, que poderia cumprir o que seus Estados Membros esperavam dela.

94. Na área específica da política de mobilidade que a OMS estava elaborando, havia tanto riscos como vantagens. Os processos de seleção nas regiões da OMS não haviam sido uniformes e, em consequência, a qualidade do pessoal da Sede da OMS e das diversas regiões variava consideravelmente. Enquanto a Repartição se esforçava para que pessoas de competência técnica sólida fossem contratadas e para que os processos de recrutamento mantivessem certo padrão, isso não ocorria em todas as regiões e nem

mesmo chegava a ocorrer sempre na Secretaria da OMS. Também havia diferenças entre os níveis de pessoal: um posto P3 na RSPA era equivalente a um posto P4 na OMS, por exemplo, e, assim, os funcionários P4 que fossem transferidos da Sede da OMS para as Américas no âmbito da política de mobilidade talvez se vissem incapazes de realizar o trabalho esperado do pessoal da RSPA no nível P4. Isso não significava que a Repartição não participaria da política, mas era importante estar inteiramente a par das suas implicações e ter a certeza de que essas transferências de pessoal não enfraqueceriam a capacidade da RSPA de atender aos seus Estados Membros. Ela instou os Estados Membros a terem essas considerações em mente durante as discussões sobre a mobilidade no âmbito global.

Estatísticas sobre a dotação de pessoal da RSPA (documento SPBA9/14)

95. A Sra. Kate Rojkov (Diretora, Departamento de Gestão de Recursos Humanos, RSPA) informou que, em 31 de dezembro de 2014, os funcionários da Repartição somavam 1.865, o que representava uma redução de 125 em comparação com 2013. Essa redução se estendia a todas as categorias. Quando os funcionários se aposentavam ou saíam por outras razões, seus supervisores eram vivamente incentivados a examinar a descrição do posto em detalhe e determinar se a função do empregado ainda era necessária e, em caso afirmativo, se ela talvez pudesse continuar a ser cumprida sem a substituição do empregado.

96. Além do pessoal cujo vínculo era regido por contratos por prazo determinado e por contratos temporários das Nações Unidas, havia 1.000 empregados trabalhando sob disposições contratuais que necessariamente não seguiam as regras das Nações Unidas. A maioria deles esteve nas representações nos países. A Repartição tinha conseguido manter a equidade de gênero nas categorias profissionais e superiores na Sede. Contudo, entre os representantes da OPAS/OMS, o pessoal era predominantemente masculino. O departamento estava agora discutindo com os seus homólogos na OMS uma forma de promover esse tipo de trabalho entre as mulheres para chegar a um melhor equilíbrio.

97. A Sra. Rojkov destacou as informações contidas no documento SPBA9/14 com respeito à mobilidade de pessoal, composição da força de trabalho por idade e distribuição de pessoal por tempo de serviço, observando que o número global de movimentações e redistribuições havia caído de 2013 para 2014; que as pessoas de 50 a 59 anos compunham o maior grupo de pessoal nos postos com contrato por prazo determinado e que as pessoas de 30 a 39 anos formavam o maior grupo em postos temporários; e que a maioria dos empregados com vínculo com prazo determinado, em todas as categorias, tinha menos de cinco anos de serviço.

98. Passando à questão do emprego e dos aposentados, ela explicou que a Diretora, com base em uma análise profunda e completa, estava autorizada a prorrogar o emprego além da idade de aposentadoria obrigatória, um ano por vez, caso se considerasse que uma extensão atendia aos melhores interesses da Organização. Havia ocorrido 16 prorrogações desse tipo em 2014, duas a menos que em 2013. Além disso, 59

aposentados estavam ajudando a Organização em diversas formas de assessoria temporária de curto prazo.

99. O Subcomitê acolheu os esforços para coletar as informações sobre as diversas categorias de pessoal discriminadas por idade e sexo, bem como por tipo de contrato, o que, no seu conjunto, contribuía para a transparência. Os delegados atribuíram especial importância à política da Organização sobre a igualdade de gênero, adotada em 2005. Foi observado que ela estava alinhada com a política da OMS e com os resultados da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, organizada em Pequim, em 1995. Solicitaram-se informações sobre a existência de uma política sobre a movimentação do pessoal da Sede para as representações nos países, sobre as disposições contratuais que diferiam das estabelecidas no âmbito das regras das Nações Unidas e sobre a existência de políticas destinadas a assegurar a transferência do conhecimento e habilidades quando o pessoal se aposentava.

100. A Sra. Rojkov explicou que a mobilidade na OPAS era bem mais avançada do que a prática no resto da OMS. A Região tinha uma sólida prática de gestão para fazer o rodízio dos especialistas técnicos após haverem ocupado um posto por cinco anos. O departamento estava trabalhando em como transformar essas boas práticas em uma política de fato, tendo na devida conta a articulação entre essa política e a política da OMS na mesma área de modo a trazer o máximo de benefícios possível.

101. O pessoal contratado no âmbito de mecanismos contratuais fora das regras das Nações Unidas, denominados arranjos fora do quadro de pessoal, abrangia trabalhadores contratados por meio de agências de emprego ou como consultores nacionais ou internacionais e funcionários cedidos temporariamente por ministérios da saúde, sobretudo nas representações nos países. Havia também uma categoria chamada “Empregados por Outros,” que compreendia os contratados externamente, como o pessoal da segurança e limpeza.

102. Na verdade, havia uma estratégia específica para facilitar a transferência de conhecimento por meio de uma avaliação das tarefas a cumprir e resultados a alcançar pelos funcionários antes da aposentadoria. O planejamento da sucessão se destinava a reforçar a continuidade das atividades e também era um aspecto importante da proposta de estratégia de recursos humanos (consulte os parágrafos 76 a 90 acima).

103. A Diretora acrescentou que os recursos humanos eram um componente significativo dos recursos totais da Organização. Para prestar cooperação técnica com excelência, a Repartição precisava ter a certeza de contar com pessoal do mais alto nível, com conhecimentos atualizados, trabalhando em um ambiente que favorecesse o desempenho no nível mais elevado. Ao mesmo tempo, havia uma necessidade crescente de reorientação do pessoal e da adoção de novas competências e habilidades. Também era necessário zelar para que a Repartição não apenas mantivesse a igualdade de gênero, mas também respeitasse as diretrizes de distribuição geográfica das Nações Unidas.

104. A existência de diferentes tipos de mecanismos contratuais às vezes tornava difícil administrar os recursos humanos. Um desses mecanismos, as consultorias nacionais da OPAS, havia sido concebido como formar de economizar recursos financeiros. Embora esses contratos devessem ser de curto prazo (não mais do que quatro anos) e os consultores devessem lidar com uma questão específica no âmbito nacional, na realidade eles não raro trabalhavam com uma ampla gama de questões e atuavam essencialmente como funcionários. Em consequência, a saída deles repercutia negativamente na capacidade das representações de continuar a prestar cooperação técnica.

105. Muitos funcionários da Repartição no nível P4, que constituíam o grosso da sua capacidade técnica, se aposentariam em três ou quatro anos. Isso era uma oportunidade e, possivelmente, um risco em termos da perda de conhecimento e memória institucional. A Repartição estava se esforçando para poder maximizar as oportunidades oferecidas pela aposentadoria do pessoal e, ao mesmo tempo, preservar a cultura da organização e não apenas manter, mas melhorar sua excelência técnica e capacidade para prestar cooperação técnica. Essas diversas questões salientavam a necessidade da Estratégia de Recursos Humanos da RSPA.

Projeto de estratégia de tecnologia da informação da RSPA (documento SPBA9/15)

106. O Sr. Gerald Anderson (Diretor de Administração e Diretor Interino, Departamento de Gestão de Recursos Financeiros, RSPA) apresentou um resumo do projeto de estratégia de tecnologia da informação (TI), observando que o documento SPBA9/15 continha um breve resumo da estratégia e que uma versão mais detalhada estava disponível no website da OPAS.⁴ A estratégia de TI era uma de várias estratégias (como a estratégia de recursos humanos e a estratégia mestre de investimentos de capital; consulte os parágrafos 76 a 90 e 66 a 71 acima) e tinha como objetivo permitir à Repartição manter, de forma sustentável e contínua, o nível dos serviços que os Estados Membros esperavam. O intuito era oferecer diretrizes para o resto do período do Plano Estratégico 2014–2019 da OPAS e assegurar o apoio da área de TI necessário para alcançar os resultados esperados do Plano. Além disso, forneceria os mecanismos e ferramentas para garantir que os investimentos em TI estivessem vinculados com as prioridades estratégicas da Organização, além de um roteiro para aumentar constantemente a confiabilidade, a qualidade e o valor agregado dos serviços de apoio de TI da OPAS. Para completar, asseguraria que a infraestrutura de TI da Repartição apoiasse de forma eficaz o novo Sistema de Informação para a Gestão da RSPA.

107. As constatações de uma avaliação das capacidades de TI da Repartição feita em 2014 com a assistência do Centro de Computação Internacional das Nações Unidas haviam constituído a base para a estratégia, que estabelecia uma estrutura para classificar as atividades de TI e os gastos nessa área. Eram três categorias: Executar (*Run*), abrangendo atividades e gastos necessários para manter as funções de TI regulares e básicas; Crescer (*Grow*), compreendendo atividades e investimentos destinados a

⁴ [Estratégia de tecnologia da informação da RSPA 2015-2019](#) (em espanhol).

melhorar as operações de TI e ampliar seu alcance e eficiência, e Transformar (*Transform*), abarcando inovações para mudar qualitativamente e melhorar o nível de serviços de TI. Propôs-se que 65% dos gastos em TI fossem destinados às atividades da categoria Executar, 20% às atividades da categoria Crescer e 15% às atividades da categoria Transformar. Atualmente, 93% eram destinados à Executar, 1% à Crescer e 6% à Transformar. A avaliação de TI havia recomendado que 5,5% do total do programa e orçamento da OPAS fosse destinado à TI; atualmente, o orçamento de TI representava apenas 3,7% do total do orçamento.

108. Conforme informado acima (consulte os parágrafos 44 a 55), a Repartição propôs usar US\$ 2 milhões do excedente das IPSAS para as atividades necessárias nas categorias Crescer e Transformar. Entre outras coisas, as atividades melhorariam a segurança dos sistemas de TI na sede da OPAS e nas representações nos países, assegurariam a disponibilidade de largura de banda suficiente para a operação do Sistema de Informação para a Gestão da RSPA e o desempenho das funções oficiais e garantiria que as representações nos países pudessem manter a conectividade continuamente.

109. O Subcomitê manifestou apoio ao desenvolvimento de uma estratégia de TI que assegurasse o apoio ótimo às funções de cooperação técnica da Organização. Os membros acolheram a ênfase da estratégia na sustentabilidade e na garantia de que os sistemas fossem mantidos atualizados e respaldaram os princípios e linhas de ação estratégicas propostos. Os membros também expressaram apoio ao uso do excedente das IPSAS no montante de US\$ 2 milhões para os aperfeiçoamentos propostos em termos das capacidades de TI da Repartição, porém foram solicitados mais detalhes sobre como esses recursos seriam usados e como apoiariam a implementação da estratégia. Foi enfatizado que todos os requisitos de TI deveriam ser identificados corretamente, inclusive todo o apoio de TI necessário para a implementação da estratégia de recursos humanos e do Sistema de Informação para a Gestão da RSPA. Solicitou-se à Repartição que fornecesse um orçamento detalhado para a implementação completa da estratégia, discriminando as fontes de financiamento e as categorias de trabalho. Também foi solicitado que se disponibilizasse a avaliação de TI de 2014 para os Estados Membros.

110. Solicitaram-se esclarecimentos sobre como a estratégia diferia do plano para o Subfundo de Tecnologia da Informação apresentado em 2014⁵ e sobre os benefícios da estratégia para a Organização mencionados no parágrafo 15 do documento, sobretudo com respeito a seu impacto nas diversas categorias do Plano Estratégico 2014–2019. Também se solicitaram informações sobre a composição do Comitê de Governança de TI e sobre se estava previsto qualquer tipo de capacitação tecnológica para assegurar que o pessoal estivesse preparado para as mudanças e inovações a serem adotadas.

111. O Sr. Anderson disse que a Repartição forneceria documentação adicional detalhando a lista de requisitos de TI, acompanhada dos montantes orçamentários projetados. Na área de recursos humanos, a maioria dos requisitos dizia respeito às funções de gestão do conhecimento da OPAS tiveram que ser apoiadas por pessoal

⁵ Consulte o documento SPBA8/8.

capacitado e por ferramentas de TI apropriadas. A aprendizagem e o desenvolvimento do pessoal era um componente do Sistema de Informação para a Gestão da RSPA. Seria usado o software da Cornerstone, que já havia sido adotado na OMS, para acompanhar a capacitação já concluída pelo pessoal e planejar a capacitação necessária no futuro para assegurar que o pessoal tivesse as habilidades necessárias. O projeto para a modernização do Sistema de Informação para a Gestão da RSPA também continha um componente de gestão de mudanças projetado para preparar o pessoal para usar o novo sistema. A estratégia de recursos humanos proposta também teria um componente de aprendizagem destinado a assegurar que o pessoal estivesse preparado para usar novas ferramentas tecnológicas à medida que elas se tornassem disponíveis.

112. O plano anterior para o Subfundo de Tecnologia da Informação havia sido atualizado à luz dos resultados da avaliação de TI de 2014 e das informações disponíveis mais recentes derivadas da experiência de outras organizações internacionais e de peritos em gestão de TI. A avaliação de 2014 havia identificado necessidades urgentes nas áreas operacional e de segurança, as quais já haviam sido abordadas, além de necessidades de médio e longo prazo. A estratégia proposta abordava estas últimas necessidades.

113. O Comitê de Governança de TI seria um corpo interno formado por pessoal da Sede das áreas técnica e facilitadora e por pessoal de apoio das representações nos países. Os procedimentos do Comitê seriam transmitidos aos auditores internos e suas operações haviam sido discutidas com o Comitê de Auditoria e com os auditores externos. Um aspecto do processo de governança de TI seria a identificação de todas as atividades e requisitos relacionados a TI e sua inclusão sistemática na estratégia de TI. Um dos projetos, por exemplo, era o desenvolvimento de um sistema para permitir aos Estados Membros acompanhar a implementação do Plano Estratégico.

114. A Diretora, ao observar que era essencial para a Repartição inovar para acomodar a evolução das modalidades da cooperação técnica e continuar a suprir as necessidades dos Estados Membros, afirmou que a seção de antecedentes do documento seria ampliada para fornecer mais informações sobre como a Repartição havia desenvolvido a estratégia de TI com base nas necessidades identificadas. Evidentemente, a Repartição disponibilizaria a avaliação de TI para todo Estado Membro que desejasse ter acesso a ela; contudo, era importante entender que a Repartição havia levado em consideração uma série de outros fatores e questões ao formular a estratégia. Ela instou os Estados Membros a confiarem que a Repartição usaria o relatório de avaliação e outros documentos pertinentes para obter as informações necessárias para chegar a uma estratégia de TI sólida.

Atualização da nomeação do Auditor Externo da OPAS para 2016–2017 (documento SPBA9/16)

115. O Sr. Gerald Anderson (Diretor de Administração e Diretor Interino, Departamento de Gestão de Recursos Financeiros, RSPA) informou que o mandato do atual Auditor Externo da OPAS, o Tribunal de Contas da Espanha, expiraria ao fim do biênio corrente. Recordou que havia sido prática anterior da OPAS nomear seu Auditor

Externo durante dois biênios e recomendar a renomeação por um novo período, sujeita à verificação de desempenho satisfatório. A Organização estava dando início à implementação do Sistema de Informação para a Gestão da RSPA (PMIS, na sigla em inglês) no biênio atual e, em janeiro de 2016, estaria incorporando ao PMIS o sistema que apoiava a geração de relatórios financeiros. Com base nas boas práticas do passado e para manter a continuidade na função de auditoria durante as mudanças relacionadas com o PMIS, a Repartição indicou que o atual Auditor Externo deveria ser mantido por mais um biênio e que o contactou para fazer uma proposta nesse sentido.

116. O Tribunal de Contas da Espanha havia respondido que, embora a tarefa houvesse se mostrado um sorvedouro dos seus recursos e houvesse implicado a necessidade de trazer pessoal adicional de organizações irmãs, estava disposto a continuar a atuar como Auditor Externo da OPAS por mais um biênio. Assim, o Subcomitê talvez desejasse recomendar ao Comitê Executivo que a OPAS deveria contratar os serviços do Tribunal de Contas da Espanha por mais um biênio (2016–2017).

117. A Diretora foi da opinião de que tal ação seria vantajosa.

118. O Subcomitê respaldou a proposta para designar novamente o Tribunal de Contas da Espanha como Auditor Externo da OPAS para o biênio 2016–2017.

Modificações do Regulamento Financeiro e das Regras Financeiras da OPAS (documento SPBA9/17)

119. O Sr. Gerald Anderson (Diretor de Administração e Diretor Interino, Departamento de Gestão de Recursos Financeiros, RSPA) explicou que todas as mudanças no Regulamento Financeiro diziam respeito à migração para um programa e orçamento integrados (consulte os parágrafos 7 a 17 acima), em linha com a OMS. Todas as mudanças estavam apresentadas, juntamente com as explicações, no anexo do documento SPBA9/17. Em especial, o regulamento financeiro existente usava o termo “orçamento ordinário”, que no novo regulamento financeiro havia sido substituído pelo termo “programa e orçamento”. Os componentes do programa e orçamento estavam descritos em detalhe em um novo parágrafo (4.3) do regulamento. O mesmo parágrafo também estipulava que a obrigação legal dos Estados Membros de financiar o programa e o orçamento estava limitada às contribuições fixas.

120. Outra regulamentação nova (4.4) esclarecia as datas em que os componentes do programa e orçamento seriam disponibilizados para execução. Como já era o caso no regulamento financeiro existente, as contribuições fixas dos Estados Membros da OPAS eram disponibilizadas para execução no primeiro dia do período orçamentário do seu vencimento, quer a contribuição efetiva em dinheiro houvesse ou não chegado naquela data. Contudo, as alocações da OMS seriam disponibilizadas para execução após seu recebimento. De maneira simples, seria prudente não gastar esses montantes até que estivessem efetivamente em mãos. O intuito era que as mudanças propostas entrassem em vigência até o biênio 2016–2017.

121. Na discussão que se seguiu, solicitaram-se esclarecimentos sobre vários assuntos, como a aprovação das propostas suplementares do parágrafo 3.8; o grau de flexibilidade no uso dos diversos componentes do programa e orçamento; quando esses componentes estariam disponíveis para execução; se a nova redação proposta para o parágrafo 4.1 deveria ser modificada para deixar claro que o programa e orçamento seriam aprovados com um teto específico; o significado de “qualquer outra renda atribuível ao programa e orçamento” no parágrafo 4.3 e de “acordos executados plenamente” no parágrafo 4.4; que tipos de “exceções” poderiam ser considerados pela Diretora no novo parágrafo 4.5; se o novo termo “receitas diversas orçadas”, que havia substituído o termo “apropriação orçamentária ordinária” no novo parágrafo 4.8, também abarcava as contribuições fixas dos Estados Membros e como os empréstimos internos e o uso do Fundo de Capital de Giro funcionariam no âmbito da regulamentação 8.1 com a sua nova redação.

122. Sugeriu-se que seria útil incluir todo o conjunto de regulamentações financeiras no documento para permitir aos Estados Membros ver as mudanças propostas no contexto e, assim, compreender melhor as implicações da sua adoção. Também se sugeriu que uma seção de informação fosse adicionada, explicando os conceitos fundamentais. Além disso, solicitou-se à Repartição que fizesse comentários sobre como as mudanças propostas fortaleceriam a gestão baseada em resultados.

123. O Sr. Anderson, ao acolher o exame minucioso do documento pelo Subcomitê, disse que era possível fornecer o conjunto completo de regulamentações financeiras, mostrando as modificações propostas, embora o documento fosse complexo. Concordou com o acréscimo de um anexo com mais terminologia, porém assinalou que o parágrafo 4.3 já apresentava uma lista de muitos dos termos usados.

124. Com respeito ao parágrafo 3.8, o Conselho Diretor ou a Conferência Sanitária Pan-Americana teria que aprovar as propostas suplementares apresentadas pela Diretora. Na prática, porém, tais propostas raramente, se tanto, eram apresentadas. Quanto ao parágrafo 4.1, o Sr. Anderson explicou que a justificativa para a não fixação de um teto total era abrir espaço para a possibilidade de que as contribuições voluntárias pudessem exceder os montantes projetados. O conceito subjacente às mudanças propostas era que os Estados Membros concordariam com uma cifra específica para as contribuições fixas, como já faziam atualmente, e essa cifra não mudaria, a menos que, por alguma razão, o Conselho ou a Conferência decidissem fazer uma alteração. Contudo, o total do orçamento de todas as fontes poderia aumentar caso fossem recebidas contribuições voluntárias adicionais.

125. O Sr. Anderson explicou que um “acordo plenamente executado” significava um acordo firmado e juridicamente vinculante de acordo com as leis do doador. Uma vez que acordos referentes a contribuições voluntárias houvessem sido plenamente executados, o grau de certeza de que o dinheiro efetivamente seria entregue era muito alto. O conceito da “disponibilidade das contribuições” havia sido incluído no parágrafo 4.4 com a intenção de esclarecer quando as contribuições voluntárias poderiam ser gastas. No caso das contribuições voluntárias da OMS, essa era a data do recebimento dos recursos. No caso das demais contribuições voluntárias, era a data da assinatura do acordo

juridicamente vinculante. O conceito das exceções no novo parágrafo 4.5 não havia sido inalterado em relação ao regulamento existente; a única mudança havia sido a substituição da nova terminologia.

126. O termo “receitas diversas orçadas” se referia à cifra específica projetada para as receitas diversas incluídas no orçamento aprovado, embora as receitas efetivas pudessem ser maiores ou menores. Caso houvesse um superávit, ele era considerado uma receita excedente. Com respeito aos empréstimos internos, o conceito já não podia ser aplicado às IPSAS porque a receita das contribuições fixas havia sido reconhecida e poderia ser gasta no dia 1º de janeiro do exercício financeiro. Caso não houvesse caixa suficiente para financiar todas as receitas reconhecidas, poderiam ser usados recursos do Fundo de Capital de Giro para cobrir os compromissos financeiros.

127. Em resposta às questões adicionais levantadas por um Membro do Subcomitê, o Sr. Anderson disse que consultaria o grupo que havia redigido as modificações para esclarecer a intenção do novo parágrafo 8.3 e ter certeza de que qualquer mudança era compatível com decisões anteriores dos Estados Membros sobre o uso do Fundo de Capital de Giro. Além disso, se comprometeu a consultar os assessores jurídicos da Repartição com respeito à sugestão de inclusão das palavras “quando os recursos efetivamente tiverem sido disponibilizados” no fim do parágrafo 4.4. Com referência ao parágrafo 4.8, reconheceu que havia uma possibilidade, embora remota, de que as contribuições fixas pudessem permanecer sem uso. O grupo encarregado da redação havia considerado que essa situação era tratada pelo disposto no novo parágrafo 4.5, segundo o qual era permitido transferir esses recursos para um período subsequente como receita para o novo período e não como uma receita excedente do período anterior.

128. A Diretora disse que a Repartição havia tomado nota de todas as recomendações e observações e que as analisaria e apresentaria um documento revisto para consideração pelo Comitê Executivo.

Assuntos para informação

Anteprojeto do orçamento por programas da OMS (documento SPBA9/INF/1)

129. O Sr. Daniel Walter (Diretor, Departamento de Planejamento e Orçamento, RSPA) apresentou o documento sobre o anteprojeto de orçamento por programas da OMS referente ao período 2016–2017, destacando que ainda era um trabalho em andamento, com alguns assuntos importantes ainda por serem decididos. Entre as características notáveis do anteprojeto, destacavam-se o enfoque de baixo para cima na identificação das prioridades nos países e a participação ativa das redes de categoria mundial e de áreas programáticas, inclusive representantes de todas as regiões, para consolidar os insumos dos países, atualizar os resultados e indicadores, e propor as cifras do orçamento. Um anteprojeto anterior do orçamento da OMS havia sido apresentado ao

Conselho Diretor da OPAS em 2014,⁶ e os insumos recebidos haviam sido incorporados à versão apresentada ao Conselho Executivo da OMS em janeiro de 2015.

130. Três possíveis cenários de orçamento haviam sido propostos: no primeiro, o nível do orçamento continuaria a ser o mesmo que em 2014–2015; no segundo, aumentaria em 5% para cobrir a elevação dos custos de pessoal e, no terceiro, aumentaria em 8% para cobrir tanto a elevação dos custos de pessoal como a ampliação de programas. É bem possível que as lições extraídas do surto da doença causada pelo vírus Ebola afetem a versão definitiva do projeto de orçamento por programas a ser apresentado à Assembleia Mundial da Saúde em maio, pois o custo de construir e manter a capacidade para responder rapidamente aos surtos talvez tenham sido incluídos.

131. O Grupo de Políticas Mundial, do qual a Diretora participava, decidiria no fim de março se um aumento seria proposto. Nesse caso, a proporção da Região — atualmente 5,4%, a menor entre todas as regiões — provavelmente também aumentaria se fosse aplicada uma fórmula baseada nas necessidades, conforme proposto pelo Grupo de Trabalho sobre a Alocação das Margens Orçamentárias. Como a expectativa era que o Grupo de Trabalho não conseguisse concluir seu trabalho antes da aprovação do orçamento por programas referente a 2016–2017, havia sido solicitado à Diretora-Geral da OMS que propusesse uma fórmula provisória, a ser discutida pelo Grupo de Trabalho na sua próxima sessão.

132. No debate que seguiu, solicitaram-se esclarecimentos sobre a justificativa para as propostas de transferência de recursos no anteprojeto do programa e orçamento sobretudo as mencionadas no parágrafo 5 do documento SPBA9/INF/1. A Secretaria da OMS foi incentivada a identificar os indicadores apropriados para as áreas em que as metas e os indicadores ainda não haviam sido definidos. Assinalou-se que talvez fosse vantajoso para a OMS usar os indicadores elaborados no âmbito regional, em particular os desenvolvidos nas Américas no âmbito do Plano Estratégico 2014–2019 da OPAS.

133. O Sr. Walter explicou que as propostas de transferência de recursos mencionadas no parágrafo 5 eram resultado de uma análise dos gastos no biênio atual, a qual havia apontado que algumas áreas tinham recursos demais, enquanto outras tinham de menos. Dessa forma, seriam transferidos recursos da gestão e administração para o trabalho programático. Ele concordou que talvez fosse vantajoso para a OMS usar alguns dos indicadores dos resultados intermediários e dos resultados imediatos da OPAS, pois o processo de elaboração dos indicadores da Região havia sido mais rigoroso em alguns aspectos do que o processo na OMS. Embora a Repartição tentasse permanecer alinhada o mais estreitamente possível com a OMS, ela não adotaria os indicadores mundiais nos casos em que considerasse que os indicadores estabelecidos para a OPAS eram superiores.

134. A Diretora observou que, embora a Repartição sempre compartilhasse com a OMS o trabalho realizado na Região e, sem dúvida, compartilharia os indicadores do

⁶ Consulte o documento CD53/INF/2.

Plano Estratégico, às vezes a OMS relutava em aceitar essas informações. Ela deu a certeza aos Estados Membros de que representaria as opiniões da Região com respeito à alocação das margens orçamentárias e a outras questões durante a próxima reunião do Grupo de Políticas Mundial.

Situação da modernização do Sistema de Informação para a Gestão da RSPA (documento SPBA9/INF/2)

135. O Sr. Esteban Alzamora (Gestor do Projeto Interno do PMIS, RSPA) passou em revista o histórico do projeto para a modernização do Sistema de Informação para a Gestão da RSPA (PMIS), conforme estabelecido de forma mais detalhada no documento SPBA9/INF/2, recordando que o 50º Conselho Diretor havia adotado a Resolução CD50.R10 (2010), que aprovava os princípios orientadores para a modernização do PMIS e autorizava a Repartição a seguir adiante com a adoção do software de planejamento de recursos empresariais. O orçamento inicial para o projeto havia sido US\$ 20,3 milhões; posteriormente esse montante havia sido aumentado para US\$ 22,5 milhões.⁷ O projeto ainda estava dentro do orçamento alocado.

136. Uma solicitação de propostas foi expedida em 2013 e foram assinados contratos para a provisão de diversos módulos, bem como para o trabalho de um integrador de sistema e para serviços de gestão de mudanças. No curso de 2014, havia começado a execução do projeto, havia sido selecionado pessoal da RSPA para formar a equipe central e o gerente de projeto externo havia sido contratado. As sessões de capacitação do pessoal e concepção tinham vindo em seguida e haviam sido concluídas dentro do prazo. Além disso, os testes da fase 1 (gestão de capital humano e folha de pagamento) haviam sido concluídos. O planejamento das sessões para a fase 2 (finanças, compras, e orçamento) também havia sido concluído. A capacitação na área de compras havia sido oferecida a 11 representações nos países.

137. A Fase 1 havia entrado em produção no começo de 2015. Ao fim de fevereiro, mais de 9.000 processos empresariais haviam sido iniciados no novo sistema, com apenas 506 solicitações ao help desk, o que ilustrava a eficácia da capacitação oferecida ao pessoal. Até meados de março de 2015, haviam sido concluídas as sessões de planejamento e concepção para a fase 2, e a etapa de configuração estava em andamento. A expectativa era que essa etapa estivesse concluída em junho. Em seguida, haveria cinco meses de testes, seguidos do lançamento, com a entrada em produção planejada para 1º de janeiro de 2016.

138. Ao responder a uma solicitação de informação sobre o alinhamento do PMIS com o Sistema de Gestão Global da OMS (GSM, na sigla em inglês), o Sr. Alzamora relatou que dois funcionários da OMS viriam a Washington em abril de 2015 para facilitar a integração do PMIS com o GSM. Eles também ajudariam nos testes, em junho e julho, com a intenção de providenciar o compartilhamento sem incidentes dos dados entre os dois sistemas.

⁷ Consulte o documento CD53/19 e a resolução CD53.R11 (2014).

139. A Diretora, ao louvar o progresso feito até o momento, fez uma homenagem ao pessoal da RSPA que havia trabalhado com tanto afinho na preparação para a execução do projeto. Advertiu, porém, que a implementação da segunda fase seria infinitamente mais complexa do que a da primeira. Era impossível prever quantas complicações imprevistas precisariam ser resolvidas durante a implementação, e cada uma delas teria um custo. A Repartição havia feito outra avaliação dos riscos, procurando determinar que medidas preventivas poderiam vir a ser necessárias.

Agenda provisória para a 156ª sessão do Comitê Executivo (documento SPBA9/INF/3, Rev. 1)

140. A Sra. Piedad Huerta (Assessora Sênior, Escritório dos Órgãos Diretores, OPAS) apresentou o projeto da agenda provisória para a 156ª sessão do Comitê Executivo, constante do documento SPBA9/INF/3, Rev. 1. Recordou que a 155ª sessão do Comitê Executivo havia examinado as propostas de listas com os temas para consideração pelos Órgãos Diretores em 2014 (documento CE155/FR, Anexos C e D). A Diretora havia eliminado alguns temas e acrescentado outros em resposta a observações e recomendações recebidas tanto durante como após a sessão, como um relatório sobre a resposta do setor da saúde às metas de desenvolvimento sustentável pós-2015 (tema 7.8), que havia sido acrescentada a pedido de diversos Estados Membros. A Diretora também propôs incluir um relatório sobre a preparação nas Américas contra a doença causada pelo vírus Ebola.

141. A Repartição havia tomado nota das solicitações dos Estados Membros de um documento mais abrangente sobre os diversos aspectos da reforma da OMS (consulte os parágrafos 25 a 36 acima) e o elaboraria; contudo, desejava sugerir que o relatório sobre a reforma da OMS fosse transferido dos assuntos relativos à política de programas para os assuntos para informação, uma vez que não se tratava de um assunto que exigia uma resolução por parte dos Órgãos Diretores da OPAS. A Repartição estava a par da importância que os Estados Membros atribuíam ao tema e zelariam para que tempo suficiente fosse reservado no programa de reuniões para uma discussão completa. A Estratégia Mundial de Recursos Humanos em Saúde: Força de Trabalho da Saúde 2030 (tema 7.2) seria discutida pelo Comitê Executivo apenas se o documento da OMS sobre a essa estratégia estivesse disponível em tempo hábil; em caso contrário, o tema seria retirado da agenda do Comitê. De qualquer modo, uma consulta regional sobre a estratégia mundial seria feita durante o 54º Conselho Diretor, em setembro de 2015.

142. Na discussão que se seguiu, vários Membros manifestaram a preocupação de que o número excessivo de temas no projeto de agenda não permitiria uma discussão adequada, sobretudo porque um dos itens a ser discutido seria o Projeto do Programa e Orçamento da OPAS referente a 2016–2017. Nesse sentido, assinalou-se que as sessões dos Órgãos Diretores da OMS se alongavam por vários dias nos anos em que o projeto de orçamento por programas devia ser discutido, e sugeriu-se que, a menos que a agenda fosse encurtada, talvez fosse necessário estender também a sessão do Comitê Executivo. Além disso, propôs-se que alguns temas poderiam ser consolidados e que a consideração de outros poderia ser diferida para 2016. Ademais, recomendou-se que se deveria

simplesmente tomar nota dos relatórios de progresso sobre assuntos técnicos (tema 7.9) em vez de discuti-los.

143. Assinalou-se que a agenda continha 57 temas, inclusive 9 propostas de estratégias e/ou planos de ação para aprovação. A necessidade destas foi questionada, já que a Organização tinha um Plano Estratégico integral para o período 2014–2019. Os Estados Membros e as diversas áreas técnicas da OPAS foram incentivadas a se orientarem pelo Plano Estratégico em vez de elaborar estratégias ou planos específicos para cada doença ou problema. Solicitaram-se informações sobre a justificativa para a inclusão de vários elementos, como as propostas de estratégias e planos de ação sobre imunização (tema 4.3), o fortalecimento dos sistemas de saúde para fazer face à violência contra a mulher (tema 4.5), a resistência antimicrobiana (tema 4.8) e o uso racional de medicamentos essenciais e outras tecnologias em saúde (tema 4.10), especialmente porque estratégias e ou planos de ação mundiais já existiam ou seriam adotados em breve com respeito à maioria desses temas.

144. Alguns delegados se mostraram a favor da ideia de transferir o tema sobre a reforma da OMS para a seção dos assuntos para informação, enquanto outros se opuseram. Estes recordaram que havia sido solicitado durante 155^a sessão do Comitê Executivo que a reforma da OMS fosse considerada um tema substantivo a fim de se chegar a um acordo sobre as posições regionais na questão da alocação estratégica das margens orçamentárias e da proposta de quadro para o envolvimento da OMS com os atores não estatais. Outros delegados assinalaram que esses dois assuntos já teriam sido discutidos e que decisões já teriam sido tomadas na Assembleia Mundial da Saúde em maio, de maneira que não haveria nenhuma necessidade de chegar a um acordo sobre as posições regionais em junho. Considerou-se improvável, porém, que todas as pendências relativas a esses assuntos fossem resolvidas em maio, e sugeriu-se que a decisão sobre como tratar o tema durante a sessão do Comitê Executivo fosse adiada para data posterior à da Assembleia Mundial da Saúde.

145. Vários delegados observaram que, embora a necessidade de encurtar as agendas dos Órgãos Diretores na OPAS e na OMS houvesse sido destacada reiteradas vezes, o número de temas proposto para consideração só parecia aumentar. Enfatizou-se que os Estados Membros precisavam fazer um esforço conjunto para simplificar a maneira como os Órgãos Diretores trabalhavam, inclusive por meio de um mecanismo para elaborar e adotar agendas mais maleáveis. Além disso, solicitou-se à Repartição que formulasse algumas propostas nesse sentido para discussão pelos Órgãos Diretores em 2016.

146. A Sra. Huerta observou que quatro dos temas haviam sido incluídos na agenda como assuntos relativos à política de programas a pedido dos Estados Membros: os referentes ao fortalecimento dos sistemas de saúde para fazerem face à violência contra a mulher (tema 4.5), o uso racional de medicamentos essenciais e outras tecnologias em saúde (tema 4.10), a legislação relacionada com a saúde (tema 4.11) e a análise das resoluções da PAHO de 1999 a 2013 (tema 4.13).

147. O Dr. Cuauhtémoc Ruiz Matus (Diretor Interino, Departamento da Família, Gênero e Ciclo de Vida, RSPA) explicou que uma nova estratégia e plano de ação regional sobre a imunização (tema 4.3) estavam sendo propostos porque o período coberto pela atual Visão e Estratégia Regional da Imunização expiraria em 2015. A proposta de plano de ação estaria alinhada com o Plano de Ação Mundial sobre Vacinas, adotado pela Assembleia Mundial da Saúde em 2012, mas estabeleceria metas diferentes, pois a Região estava mais avançada que outras regiões da OMS no que se referia ao controle de algumas doenças imunopreveníveis, como a poliomielite e o sarampo. O plano regional de ação também estaria alinhado plenamente com o Plano Estratégico da OPAS.

148. O Dr. Ruiz Matus, ao explicar a justificativa para a proposta de estratégia e plano de ação sobre a violência contra a mulher (tema 4.5), recordou que a OMS tinha um plano de ação geral para a prevenção da violência. A proposta de plano da OPAS, que estava sendo elaborada em consulta com os Estados Membros, se concentraria especificamente na violência contra a mulher, um problema sério na Região. A Presidente assinalou que a OMS também estava elaborando um plano de ação mundial sobre a questão da violência contra a mulher, cuja adoção estava programada para 2016.

149. O Dr. Luiz Augusto Galvão (Chefe, Programa Especial sobre Desenvolvimento Sustentável e Equidade na Saúde, RSPA) disse que o plano de ação proposto para a saúde dos trabalhadores (tema 4.6) havia sido incluído na agenda em resposta a uma solicitação do 52º Conselho Diretor para atualizar o Plano Regional de Saúde dos Trabalhadores adotado em 1999, a fim de refletir as muitas mudanças que haviam sido feitas desde então nos ambientes de trabalho e em outras áreas relacionadas à saúde dos trabalhadores.

150. O Dr. Marcos Espinal (Diretor, Departamento de Doenças Transmissíveis e Análise de Saúde, RSPA) disse que, embora um plano de ação para a resistência antimicrobiana (tema 4.8) estivesse sendo elaborado atualmente no âmbito mundial, os planos mundiais tendiam a ser razoavelmente genéricos, e os Estados Membros da OPAS haviam convocado a Repartição a elaborar um plano regional mais específico. Contudo, talvez conviesse aos Estados Membros esperar até o plano mundial estar disponível e adaptar seus indicadores às especificidades da Região. Com respeito à proposta de plano de ação para a hepatite viral (tema 4.9), um plano regional era bastante necessário, pois não havia nenhum plano mundial e a questão da hepatite viral havia recebido relativamente pouca atenção.

151. A Dra. Heidi Jiménez (Assessora Jurídica, RSPA) informou que várias consultas dos Estados Membros sobre a proposta de estratégia sobre a legislação relacionada com a saúde haviam sido mantidas desde a sua consideração em 2014 pelo 53º Conselho Diretor, que não a havia considerado pronta para ser adotada. Como as linhas de ação haviam sido acordadas, após outra consulta em abril de 2015, ela estava certa de que a estratégia estaria pronta para apresentação ao Comitê Executivo em junho.

152. O Dr. James Fitzgerald (Diretor, Departamento de Sistemas e Serviços de Saúde, RSPA) explicou que a proposta de estratégia e plano de ação para os medicamentos

essenciais havia sido solicitada por um Estado Membro. Embora uma resolução da Assembleia Mundial da Saúde sobre o tema houvesse sido aprovada em 2007, relatórios haviam revelado uma falta de progresso na implementação. A estratégia proposta abrangeria diversas linhas de ação destinadas a fazer face aos problemas relacionados com o alto custo dos medicamentos, a falta de acesso a medicamentos apropriados, o abuso de alguns medicamentos e a falta de processos sistemáticos para a incorporação e avaliação dos medicamentos e outras tecnologias em saúde dentro dos sistemas de saúde.

153. A Diretora, ao afirmar que muitos dos temas no projeto de agenda haviam sido incluídos a pedido dos Estados Membros, concordou que era necessária uma discussão sobre uma metodologia racional para elaborar as agendas dos Órgãos Diretores. Uma consideração importante com relação aos temas propostos pelos Estados Membros era se haveria tempo suficiente para a Repartição permitir o amadurecimento de um documento que seria apropriado para discussão pelo Órgãos Diretores em questão. Ela sugeriu que o Subcomitê encarregasse a Repartição do exame do projeto de agenda provisória para a 156^a sessão do Comitê Executivo a fim de avaliar se as discussões preliminares necessárias e as negociações sobre os diversos temas haviam ocorrido para que se pudesse chegar facilmente a um acordo sobre as propostas de estratégias e de planos de ação. Observou, porém, que a Repartição não podia modificar a agenda provisória sem a anuência do Comitê Executivo e que, assim, estaria obrigada a elaborar documentos sobre todos os temas ora incluídos.

154. A Diretora sugeriu que o Subcomitê talvez devesse recomendar, por exemplo, que a estratégia e plano de ação para os medicamentos essenciais (tema 4.10), o documento conceitual sobre o fortalecimento das políticas de saúde pública através das fronteiras (tema 4.12), a revisão das resoluções da OPAS (tema 4.13) e o relatório sobre a resposta do setor da saúde às metas de desenvolvimento sustentável (tema 7.8) fossem diferidos para 2016 e que os relatórios sobre a transmissão do vírus Chicungunha (tema 7.6) e sobre a doença causada pelo vírus Ebola (tema 7.7) fossem combinados.

155. Após consultar a Assessora Jurídica com respeito à capacidade do Subcomitê para fazer ou recomendar modificações da agenda provisória, a Presidente propôs que o Subcomitê solicitasse à Diretora que elaborasse um projeto revisto dessa agenda, levando em consideração as observações e recomendações do Subcomitê com respeito à retirada ou consolidação de alguns temas, fazer esse projeto circular para ser comentado pelos Estados Membros durante um período de duas semanas, revisar o projeto novamente à luz das observações recebidas e, finalmente, transmitir o projeto revisto da agenda provisória aos Membros do Comitê Executivo.

156. O Subcomitê aceitou essa proposta e também recomendou que o Comitê Executivo solicitasse à Repartição que formulasse uma proposta para simplificar o método de trabalho e aumentar a eficiência dos Órgãos Diretores.

Encerramento da sessão

157. Após a troca habitual de cortesias, a Presidente deu por encerrada a Nona Sessão do Subcomitê.

Anexos

EM TESTEMUNHO DO QUAL, o Presidente do Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração, Delegado da Canadá e a Secretária *ex officio*, Diretora da Repartição Sanitária Pan-Americana, assinam o presente Relatório Final no idioma inglês.

FEITO em Washington, D.C., Estados Unidos, neste vigésimo dia de março do ano de dois mil e quinze. A Secretária depositará o documento original assinado nos Arquivos da Repartição Sanitária Pan-Americana.

Natalie St. Lawrence
Presidente da Nona Sessão
do Subcomitê para Programas, Orçamento
e Administração
Delegada da Canadá

Carissa F. Etienne
Secretária *ex officio* da Nona Sessão
do Subcomitê para Programas, Orçamento e
Administração
Diretora da Repartição Sanitária
Pan-Americana

Anexo A

AGENDA

- 1. ABERTURA DA SESSÃO**
 - 2. ASSUNTOS RELATIVOS AO REGULAMENTO**
 - 2.1 Eleição da Mesa Diretora
 - 2.2 Adoção da agenda
 - 3. ASSUNTOS RELATIVOS À POLÍTICA DOS PROGRAMAS**
 - 3.1 Projeto do Programa e Orçamento 2016-2017 da OPAS
 - 3.2 Organizações não governamentais que mantêm relações oficiais com a OPAS
 - 3.3 Nomeação de um membro do Comitê de Auditoria da OPAS
 - 3.4 Atualização sobre a reforma da OMS
 - 4. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS**
 - 4.1 Panorama do Relatório Financeiro do Diretor correspondente a 2014
 - 4.2 Proposta para o uso do balanço dos superávits das IPSAS e do orçamento
 - 4.3 Programação para o excedente de receita
 - 4.4 Seguro médico pós-serviço
 - 4.5 Atualização do Fundo Mestre de Investimentos e reavaliação de projetos de bens imóveis no Plano Mestre de Investimentos de Capital
 - 4.6 Situação dos projetos financiados com a Conta Especial da OPAS
 - 4.7 Modificações do Estatuto e Regulamento do Pessoal da RSPA
-

4. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS *(cont.)*

- 4.8 Relatório sobre o desenvolvimento da estratégia de recursos humanos da RSPA: uma estratégia para o pessoal
- 4.9 Estatísticas sobre dotação de pessoal da RSPA
- 4.10 Projeto de estratégia de tecnologia da informação da RSPA
- 4.11 Atualização da nomeação do Auditor Externo da OPAS para 2016-2017
- 4.12 Modificações do Regulamento Financeiro e Regras Financeiras da OPAS

5. ASSUNTOS DE INFORMAÇÃO

- 5.1 Anteprojeto de Orçamento por Programas 2016-2017 da OMS
- 5.2 Situação do projeto de modernização do Sistema de Informação para Gestão da RSPA
- 5.3 Projeto de agenda provisória para a 156^a sessão do Comitê Executivo

6. OUTROS ASSUNTOS

7. ENCERRAMENTO DA SESSÃO

Anexo B

LISTA DE DOCUMENTOS

Documentos de Trabalho

SPBA9/1, Rev. 1	Agenda
SPBA9/2 e Corr.	Projeto do Programa e Orçamento 2016-2017 da OPAS
SPBA9/3	Organizações não governamentais que mantêm relações oficiais com a OPAS
SPBA9/4	Nomeação de um membro do Comitê de Auditoria da OPAS
SPBA9/5	Atualização sobre a reforma da OMS
SPBA9/6, Rev. 1	Panorama do Relatório Financeiro do Diretor correspondente a 2014
SPBA9/7, Rev. 1	Proposta para o uso do balanço dos superávits das IPSAS e do orçamento
SPBA9/8	Programação para o excedente de receita
SPBA9/9	Seguro médico pós-serviço
SPBA9/10	Atualização do Fundo Mestre de Investimentos e reavaliação de projetos de bens imóveis no Plano Mestre de Investimentos de Capital
SPBA9/11	Situação dos projetos financiados com a Conta Especial da OPAS
SPBA9/12	Modificações do Estatuto e Regulamento do Pessoal da RSPA
SPBA9/13	Relatório sobre o desenvolvimento da estratégia de recursos humanos da RSPA: uma estratégia para o pessoal
SPBA9/14	Estatísticas sobre dotação de pessoal da RSPA
SPBA9/15	Projeto de estratégia de tecnologia da informação da RSPA
SPBA9/16	Atualização da nomeação do Auditor Externo da OPAS para 2016-2017

Documentos de trabalho (*cont.*)

SPBA9/17 Modificações do Regulamento Financeiro e
Regras Financeiras da OPAS

Assuntos de informação

SPBA9/INF/1 Anteprojeto de Orçamento por Programas 2016-2017 da OMS

SPBA9/INF/2 Situação do projeto de modernização do Sistema de
Informação para Gestão da RSPA

SPBA9/INF/3,
Rev. 1 Projecto da agenda provisória para a 156^a sessão do Comitê
Executivo

Anexo C

LIST OF PARTICIPANTS/ LISTA DE PARTICIPANTES

OFFICERS/MESA DIRECTIVA

President/Presidente: Ms. Natalie St. Lawrence (Canada)
Vice-President/Vice-Presidente: Dr. Kevin Harvey (Jamaica)
Rapporteur/Relatora: Lic. María Emilia Cejas (Argentina)

MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE/MIEMBROS DEL SUBCOMITÉ

ARGENTINA

Lic. Andrea Polach
Analista, Dirección Nacional de Relaciones
Internacionales
Ministerio de Salud
Buenos Aires

Lic. María Emilia Cejas
Analista, Dirección Nacional de Relaciones
Internacionales
Ministerio de Salud
Buenos Aires

CANADA/CANADÁ

Ms. Natalie St. Lawrence
Director
Multilateral Relations Division
Office of International Affairs for the
Health Portfolio
Health Canada, Ottawa

Ms. Lucero Hernandez
Senior Policy Analyst
Multilateral Relations Division
Office of International Affairs for the
Health Portfolio
Health Canada, Ottawa

Ms. Francesca Verhoeve
Policy Analyst
Multilateral Relations Division
Office of International Affairs for the
Health Portfolio
Health Canada, Ottawa

Mr. Brett Maitland
Head of Cooperation
Permanent Mission of Canada to the
Organization of American States
Washington, D.C.

CANADA/CANADÁ (cont.)

Ms. Charlotte McDowell
Senior Development Officer
Permanent Mission of Canada to the
Organization of American States
Washington, D.C.

CUBA

Dr. Antonio Diosdado González Fernández
Jefe del Departamento de Organismos
Internacionales
Ministerio de Salud Pública
La Habana

ECUADOR

Magister Carlos Andrés Emanuele
Director Nacional de Cooperación y
Relaciones Internacionales
Ministerio de Salud Pública
Quito

Lic. Cristina Luna
Analista Responsable de Cooperación
y Relaciones Multilaterales
Ministerio de Salud Pública
Quito

JAMAICA

Dr. Kevin Harvey
Permanent Secretary
Ministry of Health
Kingston

MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE/MIEMBROS DEL SUBCOMITÉ *(cont.)*

SAINT LUCIA/SANTA LUCÍA

Hon. Alvina Reynolds
Minister of Health, Wellness, Human
Services, and Gender Relations
Ministry of Health, Wellness, Human
Services, and Gender Relations
Waterfront, Castries

**UNITED STATES OF AMERICA/ESTADOS
UNIDOS DE AMÉRICA** *(cont.)*

Ms. Maya Levine
International Health Analyst
Office of Global Affairs
Department of Health and Human
Services
Washington, D.C.

**UNITED STATES OF AMERICA/ESTADOS
UNIDOS DE AMÉRICA**

Ms. Ann Blackwood
Senior Health Advisor
Office of Economic and Development Affairs
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

Mr. Peter Mamacos
Director, Multilateral Affairs
Office of Global Affairs
Department of Health and Human
Services
Washington, D.C.

Mr. Brian Hackett
Team Leader
Office of Management, Policy, and
Resources
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

Ms. Mary Blanca Rios
Senior Advisor
Office of Management, Policy,
and Resources
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

Ms. Melissa Kopolow-McCall
Program Analyst
Office of Economic and Development Affairs
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

**NON-MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE
OTROS MIEMBROS QUE NO FORMAN PARTE DEL SUBCOMITÉ**

BRAZIL/BRASIL

Sr. Diogo Henrique Tomaz Afonso Alves
Técnico Especializado de Assessoria de
Assuntos Internacionais de Saúde
Ministério da Saúde
Brasília

NON-MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE (cont.)
OTROS MIEMBROS QUE NO FORMAN PARTE DEL SUBCOMITÉ (cont.)

MEXICO/MÉXICO

Sra. Martha Caballero Abraham
Directora de Cooperación Bilateral y
Regional
Secretaría de Salud
México, D.F.

Sr. Héctor Arturo Barrio González
Ministro, Representante Alterno de
México ante la Organización de los
Estados Americanos
Washington, D.C.

PARAGUAY

Lic. Sergio Forte Riquelme
Director General de Administración y
Finanzas
Ministerio de Salud Pública y
Bienestar Social
Asunción

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION
ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD

**Director and Secretary *ex officio* of the
Subcommittee/
Directora y Secretaria *ex officio* del
Subcomité**

Dr. Carissa F. Etienne
Director/Directora

**Advisers to the Director/
Asesores de la Directora**

Dr. Isabella Danel
Deputy Director/Directora Adjunta

Dr. Francisco Becerra-Posada
Assistant Director/Subdirector

**Advisers to the Director/
Asesores de la Directora (cont.)**

Mr. Gerald Anderson
Director of Administration
Director de Administración

Dr. Heidi Jiménez
Legal Counsel/Asesora Jurídica

Ms. Piedad Huerta
Senior Advisor, Governing Bodies Office
Asesora Principal, Oficina de los Cuerpos
Directivos
